

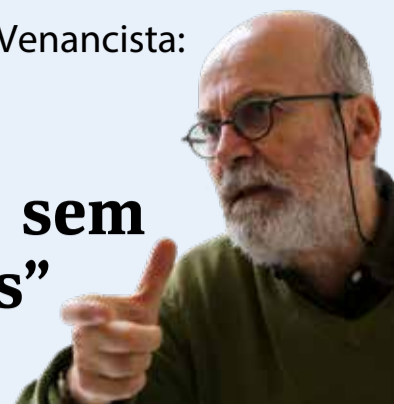


CHIDO, a terceira tragédia em Cabo Delgado Pág. 03

Michel Cahen sobre o PREC Venancista:

“Moçambique: uma revolução sem revolucionários”

Pág. 26 e 27



CARTA DA SEMANA

Com revista de **LOGÍSTICA** & supply chain

Director: **Marcelo Mosse** • Sábado 21 de Dezembro de 2024 • Edição Nº 17 • Ano 1 • Editor: **Milton Machel**



Nyusi indulta condenados das dívidas ocultas

Pág. 28



Á espera do acórdão do Conselho Constitucional:

Chapo já se sente Presidente

Pág. 04, 06 e 25

Pub.

DEPÓSITO MILLENNIUM 4X4

Curte o verão ao **máximo**

Constitua um Depósito Millennium 4x4 e habilite-se ao sorteio destes prémios.

Saiba mais →



Termos e Condições aplicáveis. Campanha sujeita até 31 de Dezembro. Consulte o regulamento em www.millenniumbim.com.mz

Millennium
bim
aqui consigo

É o teu Cartão.

Que te habilita a prémios.



1º Prémio

Computador Portátil



2º Prémio

Televisor 65 Polegadas



3º Prémio

Barra de Som

Quanto mais usares o teu cartão de débito e/ou de crédito em pagamentos iguais ou superiores a 500,00 MT nos POS daki, mais chances tens de ganhar nos sorteios bimestrais do BCI.

Preçário Cartões de Crédito:

Comissão de emissão: 240 MT
 Anuidade: Platinum: 6.000 MT | Gold: 1.600 MT |
 Classic: 800 MT | Tako: 300 MT
 Taxa de juro mensal: Platinum: 2.74% | Gold: 3.24% |
 Classic: 3.35% | Tako: 4.16%

Preçário Cartões de Débito:

Comissão de emissão: GRÁTIS
 Anuidade: Private: 850 MT | Exclusivo: 600 MT | BIO: 550 MT
 Comissão de Levantamento SIMORede: 9.50 MT
 Comissão de Levantamento Internacional: 250 MT
 Pagamento de Serviços: GRÁTIS
 Consulta de Saldos/Movimentos: GRÁTIS
 Transferências: Contas BCI: 25 MT | Contas SIMORede: 120 MT | Mobile: 25 MT

Campanha válida de 1 de Outubro de 2024 a 31 de Março de 2025.
 Sorteio válido para os cartões indicados acima. Aplicam-se comissões conforme o preçário em vigor. Para mais informações sobre as condições de adesão, consulte o seu gestor, a linha fala daki através do número grátis 800 224 224 ou www.bci.co.mz

BCI
É daqui

“Mashababos” desde 2017, ciclones Kenneth em 2019 e agora Chido

A tripla tragédia de Cabo Delgado

É uma tripla tragédia para a população de Cabo Delgado, província abençoada com jazidas de petróleo e gás, rubis e outras gemas e minerais valiosíssimos para Moçambique e o mundo. Desde as primeiras horas do dia 5 de Outubro de 2017 até ao presente, o terrorismo (cujos perpetradores levam a alcunha de “mashababos”) que dilacera o extremo norte da província já provocou mais de um milhão de deslocados e cerca de 4 mil mortos. A 25 de Abril de 2019, 158 918 pessoas foram afectadas e cinco mortas pela passagem do ciclone Kenneth. No passado fim-de-semana, o grosso das 73 pessoas mortas, 543 feridas, 329.510 afectadas, 39.133 casas destruídas, 1.302 animais domésticos (gado bovino, caprino e aves) mortos pelo ciclone Chido são de Cabo Delgado. O evento climático extremo fustigou também as províncias nortenhas de Nampula e Niassa. E este evento apenas “abriu oficialmente” a época ciclónica 2024 - 2025 no país, que vai de Outubro passado até Abril do próximo ano.

Muitas famílias afectadas pelo ciclone Chido na cidade de Pemba afirmam não saber por onde recomeçar...de novo, após verem os esforços de anos desmoronarem. Sete Mussa, deslocado devido aos ataques terroristas em Bilibiza, distrito de Quissanga, e actualmente residindo no bairro Chuiba, afirma que está desanimado e não sabe por onde recomeçar. “Veja esta casa, só ficou aquele quarto. Foi ali que todas as pessoas que moram aqui - eu, minha esposa, filhos, meus dois irmãos e seus filhos - fugimos para nos abrigar, porque as casotas de bambu e lonas onde vivíamos foram levadas.”

Este funcionário público, que iniciou o ensino superior este ano, não vislumbra como continuar a pagar a mensalidade e outras despesas relacionadas ao curso e ao mesmo tempo reconstruir do zero a sua vida e dos seus dependentes. “Primeiro, o salário ainda não saiu. Segundo, tenho muitas contas a pagar: água, energia e comida para todos nós, pois meus irmãos nem sempre conseguem empregos temporários. Estou estudando e preciso pagar mensalmente, e agora com essa situação, nem sei por onde começar”, relatou, descrevendo ainda que “a vida em Pemba está cara”.

Sete Mussa é responsável por 11 pessoas, incluindo seus



Foto: AIM



Foto: OCS



Foto: OCS

irmãos, também deslocados do distrito de Mocimboa da Praia.

Assane Artur é outro mártir da foto desta tragédia moçambicana: “embora eu seja pedreiro, nas duas (minhas) casas sofri, tanto aqui em Mahate quanto em Chuiba. Aqui, três ou quatro chapas foram levadas, o quintal já se foi. Então, estou mal”, expressou este deslocado devido ao terrorismo em Nandua, Mocimboa da Praia, e actualmente residente na cidade de Pemba.

Ele acrescentou que, com a segunda esposa, os danos são ainda piores. “Lá em Chuiba está ainda pior, o tecto da casa foi todo embora, não temos comida,

desde sábado não conseguimos comer nada decente. A situação está assim, como vê”, revelou, visivelmente transtornado.

Embora, como pedreiro, acredite que será chamado para fazer obras, ele reconhece que isso não compensará os anos de esforço. “Somos deslocados, sim, mas já tínhamos onde viver e continuar a vida. Agora, estamos a começar do zero, e isso é frustrante. E agora, o preço de tudo está a subir.”

“Estamos mal, a chuva continua a cair e só queremos apoio com chapas. Será que este ano o governo não vai oferecer apoio como tem feito em outros lugares do país? Veja, estamos sem

tecto, já foi embora, e não temos ideia de como vamos viver assim”, lamentou Jafar Bacar, chefe de uma família de cinco pessoas e deslocado da aldeia Naunde, no distrito de Macomia.

Chido mais devastador fora de Pemba

Relatos de pessoas que chegaram à cidade de Pemba indicam que o que ocorreu, principalmente nos bairros Cariacó, Mahate, Paquitequete, Chuiba, Maringanha e Muxara, os locais mais afectados, pode ser considerado menos grave. Descrevem que o distrito de Mecufi, habitado por mais de 76 mil pessoas, está quase destruído por completo, sem comunicação, e a população ne-

cessita de ajuda urgente.

Os relatos de destruição também chegam das aldeias Mizee, no distrito de Metuge, onde além das casas da população, o mercado Isaura Nyusi, recentemente inaugurado, foi destruído. As aldeias Impiri e Nanlia também foram severamente afectadas. No distrito de Ancuabe, o ciclone Chido igualmente não poupou algumas comunidades, como as de Silva Macua e Metoro, localizadas ao longo da estrada Pemba-Montepuez.

A vila de Chiúre e a sede do distrito de Balama também não foram poupadas. Infraestruturas do governo e residências da população foram total ou parcialmente destruídas.

Especulação de preços

Em meio às dificuldades enfrentadas pelas famílias devido ao ciclone Chido, agentes económicos cuja sensibilidade é gémea siamesa do lucro especulam os preços de produtos alimentares, bem como de materiais de construção.

A título meramente elucidativo, na cidade de Pemba, algumas bancas de mercado vendem uma pilha de lâmpadas por 100 meticais e cada vela a 30 meticais.

Exemplo B: na vila de Chiúre, uma chapa de zinco, que antes do ciclone custava 300 meticais, hoje é vendida ao dobro. Para carregar uma bateria de celular, o cidadão precisa pagar pelo menos 25 meticais.

Esta tripla tragédia (“Mashababos” desde 2017, ciclones Kenneth em 2019 e Chido em 2024) sob os ombros da população naquela província de Moçambique parece pretender ensinar aos Moçambicanos sobre o mito de Sísifo. Sísifo é um personagem da mitologia grega, considerado o mais inteligente e esperto dos mortais.

Por ter desafiado e enganado os deuses, Sísifo recebeu um castigo terrível: foi condenado a realizar um trabalho exaustivo e sem propósito. Rolar uma enorme pedra montanha acima. Quando chegasse no topo, devido ao cansaço, o pedregulho rolaria morro abaixo. Então Sísifo deveria novamente levá-la para o alto. Esse trabalho teria que ser feito todos os dias, por toda a eternidade. **(Carta da Semana)**

Espera pelo acórdão do CC entre o sonho da paz e medo do caos:

Um País entre gelo e fogo

Sonhar com o melhor e prepara-se para o pior. É este o misto de emoções extremadas que caracteriza o país e o mundo, enquanto o cronómetro vai expirando o tempo até ao prazo final de dia 23 de Dezembro, para o Conselho Constitucional anunciar o seu veredicto final, peremptório e irrecorrível sobre as eleições presidenciais, legislativas e provinciais de 09 de Outubro último.

O histórico dos acórdãos do Conselho Constitucional (CC) relativamente às eleições gerais gera pouco entusiasmo para a oposição, dado que aquela entidade costuma funcionar como notário dos resultados apurados e anunciados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Na semana passada e num movimento invulgar, o CC reuniu-se em separado com o Partido Povo Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (Podemos), Renamo e Frelimo, numa acção encarada como destinada a diluir a actual crise eleitoral, caracterizada por manifestações, amiúde com a marca d'água da violência.

O Podemos e a Renamo consideram que a metodologia aplicada por aquela instância na reverificação das actas e editais com vista ao esclarecimento das discrepâncias dos resultados das últimas eleições gerais está longe do alcance da verdade eleitoral. Aquelas forças políticas defendem que a confrontação dos resultados devia ser feita na presença das

Pub.



Foto: Conselho Constitucional

partes interessadas, como é o caso de mandatários dos partidos políticos, delegados de candidaturas e observadores.

Mesmo dectetando vícios grosseiros, o CC nunca fez alterações substanciais relativamente aos veredictos da CNE nos sufrágios universais, dando a vitória à Frelimo e ao candidato presidencial do partido no poder.

O CC e as algemas da Lei

Por outro lado, a unanimidade que norteou as últimas decisões daquele órgão judicial, mesmo contando com juizes conselheiros oriundos da oposição – designados segundo a proporcionalidade de assentos parlamentares – também esfria significativamente as expectativas das outras forças políticas e de

parte considerável do eleitorado.

Aliás, há quem diz que os setes juizes conselheiros são do partido no poder, estando lá apenas um indicado pela Renamo, o antigo jornalista Albino Nhacassa, com a “reforma induzida” em Agosto passado do decano jurista membro da “perdiz” Manuel Franque, que após 20 anos de serviço acabou substituído pelo jurista frelimista António Boene.

Isso mesmo depois de a presidente do CC, Lúcia Ribeiro, ter enfatizado várias vezes que os “conselheiros” decidem em obediência à lei e à sua consciência, tendo mesmo o “dever de ingratição” em relação a quem os nomeou. Ribeiro e os seus pares têm sido “useiros e vezeiros” em imputar ao tipo de legislação eleitoral em vigor em Moçambique como parte do busílis das crises eleitorais que mancham os escrutínios no país, agindo como “Pilatos”.

Nessa esteira, têm pugnado pela codificação da legislação eleitoral para uma melhor sistematização e organização das normas que disciplinam os escrutínios no país.

Ademais, informações de laços empresariais entre o filho da presidente do CC e da filha do chefe de Estado e líder da Frelimo, Filipe Nyusi, adensam a nuvem de suspeição sobre a independência de Lúcia Ribeiro.

Há o registo de o CC ter mandado repetir eleições em algumas autarquias e dissuadido a Assembleia da República a proceder à alteração da lei para que fique claro que esta competência não pertence aos tribunais distritais, dado que algumas destas instâncias tinham chamado a si este poder nas eleições municipais de 2023.

No fundo, ao avocar a exclusividade da competência de mandar repetir as eleições ou a recontagem, o CC esvaziou a jurisdição dos tribunais distritais em matéria

controvertida das eleições.

Reduziu, de facto e de direito, os tribunais distritais a meros *rubber stamp*, anulando o poder de estas instâncias dirimirem litígios eleitorais.

Lúcia Ribeiro tem insistido que o CC exerce o papel de tribunal de recurso, sendo, nessa perspectiva, segunda instância, para matéria de contencioso eleitoral, e de única instância, como entidade que valida e proclama os resultados dos pleitos. Aquele órgão agarrou-se afincadamente ao argumento de ser única instância, quando se trata de validar e proclamar os resultados dos escrutínios, para clarificar que os tribunais distritais não possuem este poder. Não devem, por isso, ordenar a repetição da votação, nem a recontagem.

“Jogo da galinha”

Sobre a actual conjuntura, abordada por “Carta”, Egna Sidumo, pesquisadora do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade Joaquim Chissano, partilhou um seu artigo intitulado *The game of chicken*, ou “O jogo da galinha”, em português.

Esse modelo implica que um ou dois jogadores ameacem recorrer a uma estratégia de persuasão, colocando o cenário de perdas mútuas, sublinha o texto. Sem o referir directamente, pode inferir-se que a metáfora é destinada aos principais contendores da actual crise eleitoral. O primeiro jogador que recorre firmemente a essa estratégia e dá a conhecer ao adversário a tática ou aquele que se compromete com a resistência forçará o oponente a cooperar.

Por seu turno, a activista Fátima Mimbire entende que a validação e proclamação dos resultados das eleições gerais, dando vitória à Frelimo, pode empurrar o país para um banho de sangue, devido às discrepâncias dos dados usados para o apuramento feito pela CNE.

Continua PAG. 06



Joe Hanlon alerta para o desafios do sucessor de Nyusi:

Próximo presidente enfrentará crise fiscal, FMI e um exército de jovens nas ruas

As despesas do governo são muito superiores às receitas e, na sequência do escândalo das dívidas ocultas, Moçambique já não pode aumentar o seu endividamento externo. Por isso, contrai cada vez mais empréstimos no mercado interno ou simplesmente não paga as suas contas. Metade dos empréstimos bancários é para o governo, o que significa que sobra pouco dinheiro para particulares e empresas.

Fotomontagem: YURI GRIPAS/REUTERS



O FMI atingirá duramente o novo governo. A massa salarial do governo será de 3,9 mil milhões de dólares este ano, mas em Junho deste ano o governo prometeu ao FMI que a massa salarial no próximo ano seria de apenas 3 mil milhões de libras. O governo já emprega menos 16 mil professores do que necessita. Todos os candidatos presidenciais prometeram grandes melhorias na saúde e na educação, mas o FMI não permitirá novas contratações e provavelmente pressionará para cortes de pessoal.

De facto, o FMI, na sua reunião anual em Washington, em Outubro, disse que a centénaria política de “austeridade” continuaria a ser a sua prioridade – mais uma vez sem explicar como é que menos gastos com políticas monetárias mais restritivas irão encorajar o crescimento. A austeridade foi adoptada em 1920 como política oficial da Sociedade das Nações, destinada a transferir dinheiro dos pobres para os ricos, para compensar a melhoria dos salários e das condições dos trabalhadores durante a Primeira Guerra Mundial. O FMI já disse que exigirá uma desvalorização substancial, que atingirá mais duramente os pobres urbanos porque dependem de alimentos básicos importados.

A desvalorização devido às dívidas ocultas passou de MT30=1\$ para MT65=1\$ num ano em 2015-16. O Banco Mundial observou que “a taxa nacional de pobreza aumentou de 48,4% para 62,8% entre 2014/15 e 2019/20. O número de pobres aumentou de 13,1 para 18,9 milhões, reflectindo em parte o impacto da COVID-19 nas famílias. Houve um aumento desproporcional da pobreza nas áreas urbanas”.

Por conseguinte, o novo presidente, seja ele quem for, en-

frentará um enorme número de jovens que protestam contra a pobreza e a falta de crescimento. Enfrentará também o FMI exigindo cortes, desvalorização e mais pobreza. E os jovens aprenderam a dar a conhecer a sua voz nas ruas.

Dado que mais ninguém emprestará, Moçambique contrai empréstimos de 6,3 mil milhões de dólares junto dos seus próprios bancos. Há uma década, em 2014, a dívida interna oficial do governo era de mil milhões de dólares. Aumentou em 1,4 mil milhões de dólares este ano (2024), para 6,3 mil milhões de dólares. E os bancos estão relutantes em absorver mais dívida pública, pelo que as taxas de juro médias nos últimos dois anos saltaram de 5% para 6,5%, segundo o Banco de Moçambique. Isto é bastante lucrativo para os bancos locais.

Na venda mais recente, a 10 de Dezembro, o governo vendeu 20 milhões de dólares em obrigações do tesouro a 5 anos com juros de 13,5%. A agência de notação Standard & Poor's (S&P), com sede em Nova Iorque e Londres, alertou que o governo moçambicano vai enfrentar desafios para pagar a sua dívida interna e que serão devidos 1,1 mil milhões de dólares nos próximos dois anos.

Dívidas a fornecedores e trabalhadores superam 125 milhões de dólares

Em vez de contrair empréstimos, o governo por vezes nem sequer paga as suas contas. Em particular, não paga aos professores que dão aulas extra, em parte para cobrir os lugares vagos que o FMI não deixa o governo preencher. A 17 de Dezembro, o porta-voz do governo, Vice-Ministro da Justiça, Filimão Suaze, disse que o dinheiro de-

vido pelas horas extraordinárias em 2022 foi finalmente pago. No início deste mês, as horas extraordinárias devidas para 2023 eram de 50 milhões de dólares para os professores e 4,2 milhões de dólares para os profissionais de saúde. Pode presumir-se que um valor semelhante é devido neste ano. No início deste mês, o governo disse que pagou 15 milhões de dólares do dinheiro de 2023 devido aos professores. Mas os restantes 40 milhões de dólares para 2023 e cerca de 55 milhões de dólares para 2024 serão transferidos para o novo governo pagar. Durante o período de exames deste mês, os professores entraram em greve e boicotaram os exames em Maputo e recusaram-se a corrigi-los na Beira.

O governo atrasa frequentemente o pagamento dos contra-

Pub.

tos. O consórcio Lexton/Artes Gráficas enviou no dia 3 de dezembro à Comissão Nacional de Eleições (CNE) uma nota de cobrança de 31,25 milhões de dólares por uma dívida não paga relativa ao fornecimento de material para as eleições autárquicas de 2023 e as eleições gerais de 2024. Isto significa que a dívida tornada pública este mês ultrapassa os 125 milhões de dólares.

Escassez de moeda estrangeira

Os bancos estão a ter dificuldades em obter moeda estrangeira e, por vezes, as empresas com contas em dólares não conseguem utilizar o dinheiro para importar equipamento que encomendaram. As empresas que tentam importar bens essenciais, como medicamentos e

fertilizantes, têm de informar os fornecedores de que não podem garantir o pagamento no acto da entrega. A inflexibilidade também é difícil para as companhias aéreas e para os fornecedores de combustível. Muitas empresas são forçadas a recorrer a casas de câmbio informais, que cobram agora 70 meticais por dólar, em vez da taxa oficial de 64.

A taxa de reservas obrigatórias foi fixada pelo Banco de Moçambique em 39,5%. As reservas só foram exigidas durante 18 meses e tem aumentado de forma constante, até um nível que é agora bastante elevado. Faz parte de uma política monetária restritiva.

A reduzida liquidez atinge mais duramente as pequenas e médias empresas (PME). Os bancos dão prioridade às empresas de maior dimensão, que apresentam um risco mais reduzido, mas as PME são vistas pelos economistas como os principais geradores de emprego e dinamismo na economia.

As reservas em moeda estrangeira são de 3,6 mil milhões de dólares, suficientes para cobrir 3,9 meses das necessidades estimadas de importação, e mais de cinco meses excluindo os grandes projectos, explicou o banco central.

É o teu Cartão.

Que te habilita a prémios.

Quanto mais usares o teu cartão de débito e/ou de crédito em pagamentos iguais ou superiores a 500,00 MT nos POS daki, mais chances tens de ganhar nos sorteios

Campanha válida de 1 de Outubro de 2024 a 31 de Março de 2025.



1º Prémio Computador Portátil
2º Prémio Televisor 65 Polegadas
3º Prémio Barra de Som

Um País entre gelo e fogo (Continuação da PAG. 04)

Foto: Conselho Constitucional



“O Conselho Constitucional tem o poder de decidir pela paz e pela justiça eleitoral, anulando estes resultados manchados por graves discrepâncias”, afirmou Mimbire, jornalista de profissão que deixou as fileiras da Sociedade Civil este ano para concorrer pelo MDM ao cargo de Governadora da Província de Maputo.

A anulação dos resultados daria lugar à criação de condições para a realização em tempo adequado de um novo sufrágio universal, com a dissolução dos actuais órgãos eleitorais, formação de uma Assembleia da República Constituinte e um governo-programa inclusivo, avançou.

“Os actuais órgãos eleitorais são parte de um sistema de promoção de corrupção eleitoral, pelo que não seria credível que as pessoas que lá estão continuem, para um novo sufrágio universal”, frisou Fátima Mimbire.

Para a gestão do país, prosseguiu Mimbire, será viável um governo que inclua os quatro candidatos presidenciais ou que tivesse como chefe de Estado o candidato presidencial tido como o mais votado e como primeiro-ministro, com poderes reforçados, o segundo candidato mais votado.

Aquela activista enfatizou que a legislação eleitoral moçambicana não é clara em relação à hipótese de repetição da votação em todo o país, prevendo de forma mais expressa a realização de um novo escrutínio em algumas mesas.

Fátima Mimbire assinalou que a decisão mais acertada do CC seria a devolução atempada do processo à CNE para recontagem, depois de este órgão ter admitido discrepâncias nos dados, ou ordenado a realização de uma auditoria forense.

CESC pede ao CC justiça eleitoral

Por seu turno, tendo como pano de fun-

do o anúncio dos resultados no dia 23, o Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC) instou o CC a tomar uma decisão ponderada, transparente e justa, visando o fim da escalada de violência.

“Apelamos aos juizes conselheiros do CC que, depois das auscultações feitas aos partidos políticos, jornalistas e sociedade civil, julguem o processo eleitoral com imparcialidade e isenção para que a justiça eleitoral prevaleça sobre quaisquer interesses partidários”, lê-se no comunicado daquela entidade, dirigida pela activista social Paula Monjane.

O CESC apelou que os partidos políticos sejam razoáveis e ponderados nas suas abordagens. “Em momentos de crise política como a que vivemos, os partidos e líderes políticos devem ser exemplares, mostrando aos seus membros e simpaticizantes que há sempre outros caminhos para encontrar uma solução”, continua a nota.

Para aquela organização da sociedade civil, as causas profundas desta revolta popular ultrapassam as disputas eleitorais, pois incluem problemas relacionados com a pobreza extrema, a precariedade dos serviços sociais básicos, o desemprego, a falta de habitação, as desigualdades sociais, a exclusão social e económica e a repressão dos direitos e liberdades fundamentais. “Torna-se necessário e urgente a criação de condições de diálogo para que estes problemas sejam abordados de forma franca e inclusiva. A aposta do Governo na repressão violenta das manifestações só serviu para agudizar a crise e dividir ainda mais os moçambicanos”, realça-se na nota.

No lugar de uma resposta securitária, as partes em conflito devem abrir as vias para um diálogo sério e construtivo com todos os segmentos da sociedade para que se encontre uma solução imediata que coloque fim à crise, diz ainda o CESC. **(Carta da Semana)**

Indústria da desinformação quase “lincha” Edil de Maputo

Com os nervos à flor da pele, devido às manifestações populares, convocadas pelo candidato presidencial Venâncio Mondlane em protesto aos resultados eleitorais, a indústria da desinformação vai ganhando terreno no país e “matando” dezenas de cidadãos.

Esta quinta-feira, a indústria das “fake news” quase deitava abaixo a casa do Edil de Maputo, Razaque Manhique, e “linchava” a sua imagem perante a sociedade, sobretudo diante dos munícipes da capital do país. É que, pela noite de quinta-feira, 19, as redes sociais foram invadidas por informações dando conta que a segurança de Razaque Manhique havia alvejado mortalmente dois jovens, na zona do Chiango, no bairro da Costa do Sol.

De acordo com as dezenas de mensagens publicadas, Razaque Manhique tinha problemas com os jovens assassinados, visto que os mesmos tinham um estaleiro em frente à casa particular do Edil de Maputo, facto que supostamente tem desagradado o político.

Dados colhidos pela “Carta” no “local do crime” no dia seguinte, ontem, o indicam que tais informações não constituem verdade. Uma fonte de Chiango, que vive nas proximidades da casa de Manhique disse ao nosso jornal que desde que o político reside naquele bairro, há um ano, nunca houve registo de conflitos entre este e os moradores do bairro. Ajunta que desde a tomada de posse, em Fevereiro passado, Razaque Manhique já promoveu dois encontros com a comunidade de Chiango, com vista a auscultar os problemas dos seus vizinhos.

Para a fonte, a associação do crime ao Edil de Maputo deve-se ao facto de, primeiro, o infortúnio ter ocorrido nas proximidades da sua casa e, segundo, pelo facto de a segurança da residência ter sido a primeira a prestar socorro às vítimas. A fonte acredita que a morte dos jovens possa estar re-

lacionada com as manifestações populares em curso, visto que os jovens do referido estaleiro têm sido muito activos nos protestos.

Já a Polícia da República de Moçambique (PRM), na capital do país, conta que os jovens foram interceptados pelos criminosos, minutos depois de deixarem o seu estaleiro. Ao volante, conta Leonel Muchina, porta-voz da PRM em Maputo, estava o mais novo, que foi alvejado mortalmente. O irmão, por sinal o mais velho, ficou ferido, estando neste momento hospitalizado.

Segundo Muchina, após o baleamento dos dois jovens, a segurança da casa de Razaque Manhique saiu para prestar socorro. Porém, o gesto foi mal interpretado pelos moradores, que concluíram que a acção macabra fora cometida pela Polícia. Da conclusão, considerada precipitada, começaram os tumultos, com os moradores a atear fogo no portão da casa do Edil, colocarem barricadas na estrada e a agredirem um agente da Polícia da vigésima terceira Esquadra, que tentava explicar o sucedido.

A situação, diz Muchina, obrigou à Polícia a chamar a Unidade de Intervenção Rápida. Os tumultos só foram controlados por volta das 23h00 de quinta-feira. A Polícia já abriu um processo, com vista a esclarecer o crime, mas também garante que irá responsabilizar os indivíduos que tentaram invadir a casa de Razaque Manhique.

Em comunicado de imprensa divulgado na tarde de ontem, o Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM) condenou os actos de violência verificados na noite anterior em Chiango e esclareceu que o assassinato não teve qualquer envolvimento directo da segurança do Edil. O CMCM instou as autoridades competentes a investigarem e trazerem à barra da justiça os autores do incidente. **(Abílio Maolela)**

É o teu Cartão.

Que te habilita a prémios.

Quanto mais usares o teu cartão de débito e/ou de crédito em pagamentos iguais ou superiores a 500,00 MT nos POS daki, mais chances tens de ganhar nos sorteios bimestrais do BCI.

Campanha válida de 1 de Outubro de 2024 a 31 de Março de 2025.

Clique para mais informações.



BCI
É daki

CARTA AO LEITOR



Marcelo Mosse

Director

Nyusi sai mas deixa fortes tentáculos nos negócios do Estado

Filipe Nyusi está de saída da Ponta Vermelha e segue despedindo toda a gente. Na passada quinta-feira, Filipe Nyusi, garantiu à nação que não tem intenção de permanecer no cargo para além do final do seu actual mandato, em meados de Janeiro de 2025. Num discurso televisivo por ocasião das férias do Natal e do Ano Novo, negou ainda que estivesse prestes a declarar o Estado de Emergência ou o Estado de Sítio. “O que é certo”, disse Nyusi, “é que em Janeiro deixarei o poder”.

Lembrou que há anos que se especula que ele tentaria um terceiro mandato. Mas nunca quis um terceiro mandato e não fez qualquer tentativa para o obter. A Constituição moçambicana estabelece que ninguém pode ocupar o cargo de Presidente da República por mais de dois mandatos consecutivos, e Nyusi nunca procurou alterar esta cláusula na Constituição. “Sempre disse que não tinha qualquer intenção de permanecer no poder, muito menos de procurar um terceiro mandato, ou de declarar o Estado de Emergência para se manter no poder”, disse Nyusi. “Os moçambicanos podem estar confiantes de que isso não irá acontecer”.

Filipe Nyusi pode estar a sair da Ponta Vermelha mas ele vai continuar a controlar os sectores chave da administração pública através de “quadros” recentemente nomeados, de “competência duvidosa”, alguns deles apontados dedo por seu filho Jacinto Nyusi, de quem diz-se ter

uma enorme ascendente sobre os pai, que cumpre a risca todos os seus desejos.

Em Agosto deste ano, o Primeiro-ministro moçambicano, Adriano Maleiane, empossou a nova Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), braço empresarial do Estado nos negócios de petróleo e gás. Chama-se Ludovina Bernardo e foi antes exonerada do cargo de vice-ministra da Indústria e Comércio, para depois ser nomeada para liderar a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos. Fontes do sector torceram o nariz perante à incompetência da senhora para o lugar, face aos desafios de monetização do gás do Rovuma, nomeadamente onde o processo continua se arrastando.

Na semana passada, o Conselho de Ministros falhou mais uma discussão do Plano de Desenvolvimento do Coral Norte (*off shore*, controlado pela italiana ENI). As negociações em curso entre o Governo de Moçambique e a ENI a exigem uma capacidade de liderança da ENH que envolve convencer a ENI a aceitar (diferentemente do que aconteceu com o projecto já em curso do Coral Sul, na mesma área 4 da Bacia do Rovuma, também liderado pela ENI) incluir parte significativa do imposto de produção (*Royalties*) e uma dimensão considerável de conteúdo local.

A ENI submeteu, há semanas, o Plano de Desenvolvimento da

Coral Norte FLNG para análise e aprovação do Governo, mas o documento não é alegadamente satisfatório no que diz respeito ao conteúdo local e ao gás doméstico.



Estevão Pale, o anterior PCA da ENH era alegadamente uma das principais vozes dessa insatisfação, ao contrário de Carlos Zacarias, o actual Ministro dos Recursos Minerais e Energia, um homem de mão de nyusi, de quem foi colega de carteira algures do ensino primário. O recurso Ludovina visaria à “protecção” da ENI e de alguns interesses inconfessáveis de pessoas da classe política interessadas em encaixar-se no negócio do *oil and gas*. Ludovina Bernardo é uma carreirista da administração pública com passagem por muitos departamentos e direcções, nomeadamente a Economia e Finanças, onde havia sido “encostada” por Chang por alegadas práticas de improbidade.

A perpetuação do controle nyussista sobre os negócios estende-se também ao sector mineiro. Recentemente, foi nomeado um novo director do Cadastro Mineiro, que controla a

concessão de licenças de mineração e monitora sua execução (num contexto de gravoso vazio legal em virtude da inexistência de um Imposto de Superfície, propiciando a atribuição de licenças a quem nunca tem intenção de investigar mas apenas comercializá-las, “empatando” a terra), substituindo uma figura com experiência da casa. O novo Director do Cadastro Mineiro é oriundo das Forças Armadas, não tem quaisquer competências da área, e foi lá colocado por uma *entourage* nyussista ávida em controlar e acumular concessões de terra para mineração.

Filipe Nyusi sai do poder mas deixa os seus tentáculos, também na Autoridade Tributária, onde Elisa Zacarias, antiga Secretária de Estado da província central de Tete, foi conduzida ao cargo de presidente, em substituição de Amélia Muendane. Zacarias tem carreira firmada nos impostos mas não se considera que seja pessoa ideal para uma casa que pressuponha uma liderança com mãos de ferro e perfil de integridade. O asset que terá pesado para Nyusi colocar Zacarias na AT é uma conhecida relação de familiaridade entre ambos.

Outro exemplo escandaloso foi a nomeação recente de Manuel dos Santos, um “bufo” do SISE (Serviço de Informações e Segurança do Estado) para dirigir o CEDSIF - que faz a gestão dos sistema de informação de finanças públicas, incluindo pagamentos do Tesouro. Manuel dos Santos trabalhava no SISE

com o conhecido Indivíduo A (Antonio Carlos do Rosário), que está a fazer ass malas para “dar o fora” na sequência de um generoso indulto Nyussista, quase a ser cumprido.

O projecto da turma Nyusi mesmo antes da saída de Hermínio Sueia (do CEDSIF) era juntar o CEDSIF e a Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia em Maluana numa *holding* que faria o suporte tecnológica do negócio da Janela Única Electrónica que, pela mão de Jacinto Nyusi, estava para ser arrancado à MCNET, que só não foi possível graças à reprovação aguerrida de um antigo membro do Governo.

Gorado o golpe, Manuel dos Santos foi o escolhido para protagonizar uma verdadeira empreitada de nepotismo e improbidade, com a admissão de filhos e sobrinhos de conhecidos dirigentes da Frelimo, incluindo o pontapé a regras básicas de contratação.

Filipe Nyusi está saída do Governo mas as marcas da sua incompetência e compadrio permanecem bem incrustadas nos negócios do Estado e na administração pública. “Carta da Semana” inicia, com este texto, uma espécie de inventariação do legado pernicioso. É fundamental que o próximo incumbente tenha conhecimento profundo desse legado, para que uma verdadeira limpeza seja feita, iniciando um processo de moralização da administração pública e seus negócios.

Moçambique: uma revolução sem revolucionários
 CHIDO, a terceira tragédia em Cabo Delgado
 Michel Cahen sobre o PREC Venancista
Nyusi indulta condenados das dívidas ocultas
 A espera do acórdão do Conselho Constitucional
Chapo já se sente Presidente
 Curta o verão ao máximo

CARTA DA SEMANA

Com revista de **LOGÍSTICA** & supply chain

Ficha Técnica

Director:	Administração e vendas:	CONTACTOS
Marcelo Mosse	Delfim Maciel	Sede: Av Ngungunhane, N° 155 MATOLA - MOÇAMBIQUE
Editor Executivo:	Grafismo, marketing e publicidade:	Telefone: 00 258 82 9811780 WhatsApp: 00 258 82 9811780 Email: carta@cartamz.com Webpage: www.cartamz.com Caixa postal : 704
Milton Machel	Guy Mosse	Número de Registo de Entidades Legais: 21571/11/01/PS/2018
Suplemento de Logística:	Agências:	Número de contribuinte fiscal: 400912319
Evaristo Chilingue	AIM e LUSA	
Colunistas:	“Carta da Semana” é uma publicação da “Carta de Moçambique Sociedade Unipessoal”, e está registado legalmente sob o número: 09/GABINFO-DEPC/2024,	
Alexandre Chauque, Amade Camal, Nelson Saúte, Jorge Ferrão, Hélio Guiliche, Nando Menete, Adelino Buque.		

Elísio Macamo escreve sobre o cargo de Presidente da República



Por: Elísio Macamo

O cargo (w)

Entre 1883 e 1889, o Chanceler alemão, Otto von Bismarck, introduziu a segurança social no país. Começou com o seguro de saúde, depois foi para o seguro em caso de acidentes de trabalho e terminou com a pensão de reforma. Ele fez isso em resposta aos protestos dos sindicatos dos trabalhadores que clamavam por melhores condições de trabalho e melhor protecção por parte do Estado. Desde então, a segurança tem sido, talvez, o pilar mais importante da política não só na Alemanha como também em todas as democracias liberais – à excepção dos Estados Unidos da América. Praticamente, todo o manifesto político contém ideias concretas sobre como melhorar o sistema de segurança social, ou melhor, todos os partidos definem-se sempre em relação a este assunto.

O contraste com a África é grande. Tem pouco a ver com a qualidade da política – ainda que isso seja sempre importante – e mais a ver com o legado colonial. No período colonial, as autoridades partiram do princípio de que os africanos eram por natureza solidários e que, por isso, não precisavam de nenhum sistema de segurança social. A ideia, sistematizada na África do Sul do *Apartheid* – e copiada pelos portugueses para o caso moçambicano – era de que a “sociedade tradicional africana” iria cuidar dos seus na incapacidade e na velhice. Tive um colega infelizmente já falecido, Georg Elwert – antropólogo alemão – que uma vez aventou uma hipótese arrojada. Segundo ele, a família alargada africana não era uma instituição cultural africana, mas sim a reacção africana à recusa colonial de criação de sistemas de segurança social.

O Artigo 95 (Direito à assistência na incapacidade e na velhice) diz o seguinte: “1. Todos os cidadãos têm direito à assistência em caso de incapacidade e na velhice; 2. O Estado promove e encoraja a criação de condições para a realização



deste direito”. Só isso. Mais nada. Acho esta maneira lacónica de abordar um dos maiores temas da política e da fundamentação do Estado um tanto ao quanto estranha. Será que as pessoas que redigiram e aprovaram a Constituição não têm consciência da verdadeira dimensão do assunto, ou simplesmente estavam a cumprir um ritual discursivo? É que a julgar pela pouca importância que o assunto tem mesmo na política do dia a dia dá para suspeitar que esse seja o caso.

O que é um direito quando ele não é garantido? Quanta gente incapacitada e idosa vegeta por aí sem a assistência do Estado? As filas de idosos que afluem às lojas de comerciantes muçulmanos todas as sextas-feira – pelo menos na cidade de Maputo – dizem alguma coisa a quem tem a obrigação de cumprir a Constituição? O que significa “promover e encorajar a criação de condições para a realização deste direito” no contexto da acção política? Como é que um pilar da política é reduzido à condição de dependência em relação à discricção do Estado? O que é política pública sem um compromisso central com a segurança social?

Quem ocupa o cargo de Chefe de Estado em Moçambique tem uma responsabilidade especial em fazer com que o Artigo 95 não seja letra morta. Para estar à altura desse desafio, a pessoa vai ter que enfrentar os fantasmas dum cultura política pouco dada a levar a sério o que se define como sendo o papel do Estado. Ainda que o argumento possa parecer populista, pode ser incongruente viver bem à

custa do Estado, usar viaturas luxuosas, fazer gastos extravagantes a partir do erário público e várias outras coisas que lamentavelmente caracterizam a classe política nacional ao mesmo tempo que milhões de moçambicanos vão à cama de estômago vazio, sem tecto, nem nada. Repito, o argumento parece populista, mas tem um cunho de verdade.

Política não se faz no vazio. A segurança social provou em vários países que ela ajuda a contextualizar melhor a acção política. Os escândalos que têm sido a sina do Instituto Nacional de Segurança Social não revelam apenas uma potencial falta de integridade e probidade dos seus gestores. Revela também até que ponto a política pode estar desestruturada. Considerando os níveis de indigência mesmo de pessoas que trabalharam durante toda a sua vida, todo o partido político no país devia ter alguma coisa a dizer sobre esta matéria. Um olhar rápido aos vários manifestos eleitorais mostra logo que esta não é sua preocupação.

Ora, ser guardião da verdade encontrada na Constituição implica necessariamente ter presente a preocupação de não tornar o Estado parasitário em relação aos laços sociais que fazem a nossa sociedade. Os regimes coloniais fizeram isso porque não se sentiam responsáveis pelos que eles oprimiam e também porque desse modo perpetuavam a ideia de que nós somos “primitivos”, portanto, não estamos ainda ao nível de usufruir dum segurança social independente dos laços afectivos.

Empurrem a parede, seus malandros...



Por: Sérgio Raimundo

Não me esqueço nunca do professor Alfredo Gimo, da sua enorme cabeça fazendo sombra sobre os apontamentos no quadro e do seu habitual punk varrendo o sumário, os destroços do Império de Gaza e pequenos restos de números que sobravam dos cálculos de multiplicação no quadro. Saudades tuas, professor Alfredo Gimo...

Professor Alfredo Gimo era um professor que surgia na sala de aulas em jeans, de quando em quando fazia-se passar por um mestre-de-obras e vigiava os nossos cadernos à procura de cópias e parágrafos bem abertos. Muitas vezes, por falta de TPC, tínhamos de encher com lágrimas os rios de Moçambique desenhados em nossos manuais de Ciências Naturais. Era sempre horrível...

“Empurrem a parede, seus malandros”, gritava-nos o professor Gimo enquanto nos massacrava as nádegas com um enorme pau. Éramos obrigados a empurrar a parede, em grupo, porque muitas vezes não tínhamos aberto bem os parágrafos nas cópias, porque tínhamos tentando escrever reto em linhas tortas como Deus e porque mandávamos à fava o TPC.

Quase todos os dias suávamos empurrando as paredes e também suávamos encharcados de lágrimas pelas nossas nádegas que eram lavradas com um pau. Confesso que não sei

que material foi usado para fazer as paredes da Escola Primária Lhanguene-Piloto. Anos e anos empurrando as suas paredes e nenhuma caída.

As notas negativas, os atrasos, o barulho e os bocejos sem mão na boca eram, também, pequenos passes de admissão às vagas de empurradores de paredes. E o mestre, professor Gimo, com a sua cabeça enorme metida num capacete de punk vigiava-nos e de tempos a tempos mandava-nos ir ao recreio para repor as forças. “Ainda temos três paredes por derrubar”.

E havia dias em que as paredes até caíam por pena. Ouvia-se, na sala, estrondos de choros, gritos e os pilares das paredes desabavam e o director entrava a trote na sala para ser pontapeado com uma frase: “está tudo bem, senhor director, os malandros é que estão a empurrar as paredes”. E o director saía da sala cheio de tosses de pena e limpando-se o pó das paredes que caíam com o espanador da mão.

Nunca mais vi o professor Gimo. Vi-o pela última vez, pela manhã, nos becos de Xipamanine encostado a uma parede e tentando derrubá-la com um mijo. Continuava jovem e simpático, mas acho que nunca aprendeu que uma parede que não se derruba com as mãos é quase impossível desmorná-la com um jacto de mijo.



Por: Renato Caldeira

Os primeiros passos foram “catapultados” pelo desporto, que os tornou notáveis em todo o país. Seguiram-se opções que lhes trouxeram sucesso e visibilidade, sempre com o mesmo foco: servir o país com amor, aptidão e paixão, fruto de décadas de estudo e dedicação, em períodos e modalidades diferentes. Eis algumas estrelas que servem de exemplo como precursores, graças à fé e perseverança.

Magid Osman

Bom barreirista antes dos cifrões



Magid Osman. O que diz este nome à maioria dos moçambicanos, particularmente os jovens? Ele tem uma trajetória conhecida como homem da área da “mola”. Daí que não passe pela cabeça de muitos que este cidadão, de óculos com graduação alta, falas mansas sempre apontadas para os cifrões, tenha sido um grande atleta nos 110 metros barreiras e excelente no futebol de salão.

Sabia compensar a insuficiente massa muscular, com um aturado trabalho técnico. Nos anos 60/70, diariamente, era vê-lo no então Sporting de Lourenço Marques, a treinar incansavelmente. Ensaia os arranques, a passada e a forma de transpor as barreiras. Nada de improvisos. O seu melhor tempo foi de 15.3 segundos, próximo do recorde de então.

DEIXOU O FUTEBOL PARA NÃO SER... DAVIDS

Também jogou futebol nos juniores do Desportivo, mas não continuou pelo facto de usar óculos. E como não queria ser como Edgar Davids (da selecção da Holanda que jogava com óculos), optou pelo atletismo.

Depois foi para Portugal seguir os estudos. Aí, o frio e a intensidade dos treinos no Clube Desportivo Universitário de Lisboa, fizeram com que abandonasse as pistas. A sua veia para assuntos de economia falou mais alto.

Perdeu-se um bom barreirista, mas ganhou-se um conceituado espe-

Estrelas no desporto e na nova vida!

cialista da “mola” que, entre outros cargos, foi Ministro das Finanças, dos Recursos Minerais e Energia, fundador do BCI e Administrador no Banco Mundial, em representação de Moçambique.

Aniceto dos Muchangos

Futebol e formação em “casamento” perfeito



Estávamos recém-independentes e o futebol era uma grande paixão. Aniceto dos Muchangos representava a Académica e estava em fim de carreira. Realizou cinco jogos pela Selecção Nacional, mas sempre com o pensamento nos estudos.

A ascensão no pontapé-na-bola permitiu-lhe subir dos juniores à Selecção Nacional, tendo sido internacional como lateral direito. Subia bem pelo seu flanco, trocava a bola com os colegas e, não raras vezes, protagonizava cruzamentos preciosos para os colegas mais adiantados.

Porém, o seu foco estava na formação académica. Estudava que se fartava e não se fartava de estudar. Isso permitiu-lhe no pós-futebol, com o título de Professor-Doutor, percorrer a escada da vida até patamares muito altos na docência. Foi Ministro da Educação, substituindo a Senhora Graça Machel.

Estava-se em presença de um dos melhores exemplos que, apesar da classe no futebol, nunca descuro os estudos, acabando por protagonizar um “casamento” perfeito!

Estudava muito mas não jogava menos, até que as pernas começaram a não dar a resposta que pretendia. Entrou em acção o “craque” no saber e na capacidade de transmitir e servir o país na área académica. O ensino e a investigação foram “a sua praia”, sempre pronto a transmitir uma das mais ricas experiências de vida no pós-Independência.

ANA FLÁVIA

Quem já foi rainha será sempre... majestade!



Foi eleita a melhor jogadora num campeonato africano, nos seus verdes anos, mas continuou incansável no seu clube e na Selecção Nacional. Ana Flávia era uma das reservas morais de Nazir Salé, o técnico, ajudando a levantar o astral das colegas quando as coisas estivessem menos boas.

Na sua carreira, colocava em campo toda a gama de argumentos, em crescendo, no país e fora de portas. Forte nos confrontos de “um para um” principalmente nas posições de extremo e por baixo da tabela, o país depositou várias vezes nela confiança, graças ao seu “xivite”(força)!

Fez o mestrado em saúde pública, licenciou-se em medicina veterinária na Universidade Eduardo Mondlane e obteve o bacharelato em negócios internacionais nos Estados Unidos. Ocupou o cargo de Vice-Ministra da Juventude e Desportos.

GIL GUIAMBA

Golo dourado em tarde de ouro



Foi dele um dos melhores golos moçambicanos de todos os tempos, algo que ficou na retina de quem o viu. Um tento que deveria figurar nos museus da bola. Aconteceu na tarde de 3 de Abril de 1983, com o Estádio da Machava cheio que nem um ovo. O adversário era a temível equipa dos Camarões, cuja figura de proa se chamava Théophile Abega.

Jogava-se ainda a 1.ª parte, quando captou o esférico pouco depois do meio-campo, fintou o primeiro adversário, fazendo depois um imparável “pique”, com um outro jogador à ilharga. De repente... O rapidíssimo internacional moçambicano, protagonizou um “para-arranca-pára-arranca” tão rápido que deixou pelo caminho o seu opositor, estupefacto. O guarda-redes camaronês saiu ao encontro da jogada, numa altura em que Gil já havia lançado um “chapéu de abas largas”, que acabou sendo um tónico para o 3-0 com que o jogo terminou, numa das mais memoráveis tardes futebolísticas de sempre.

Era um brigão da área que adorava os duelos com os defesas, nunca se retraindo. Ele e Joaquim João, em vários frente-a-frente, prota-

gonizaram duelos considerados à parte do resto das partidas. Veloz, muito veloz, a sua arma principal era a intermitência nos “piques”, além da imprevisibilidade das suas fintas e simulações. Gil Guiamba possuía extraordinárias condições técnicas e físicas condições para ir bem mais longe.

No ano da debandada de vários craques para o estrangeiro, transferiu-se para o Estrela Vermelha e a sua “estrelinha” de goleador foi-se apagando. Após arrumar as botas, empenhou-se na sua formação universitária localmente e no estrangeiro. O país ganhou um bom gestor, agora reformado, que passou ao lado de uma grande carreira como futebolista!

ANÍBAL MANAVE

Engº técnico ao serviço do basquetebol



Não fosse a priorização dada ao curso de Engenharia que foi também o seu sonho e estaríamos a falar de um basquetebolista que galgaria até ao topo a dura escada do profissionalismo - provavelmente em Portugal - de onde recebeu convites. Tudo começou em Lichinga, onde se iniciou, a mobilizar amigos, vizinhos e colegas para jogos, concursos e lançamentos.

Importa realçar que Aníbal fez parte da geração da viragem, sobretudo na desmistificação da ideia de que o basquetebol era apenas para a elite, juntamente com Belmiro Simango, Chirindza, Ernesto Júnior e outros.

Desde jovem aprimorou as suas qualidades, treinando duro. Como destacado dirigente do basquetebol, pode dizer-se que antes de ser... já era!!!

Foi Presidente da Federação, é actual Presidente do Comité Olímpico, sempre com o amor que dedicou àquela que é a modalidade da sua vida: o basquetebol.

Portanto, sem ter sido um profissional no basquetebol, ganhou-se um dedicado dirigente, quer nos CFM, como na direcção da bola-ao-cesto a nível continental como Presidente da FIBA-África, alavancando o sector feminino como uma das apostas no seu segundo mandato.



Mercadorias voltam a fluir no corredor de Maputo, mas...

As mercadorias de operadores de logística e transportes no Corredor de Desenvolvimento de Maputo voltaram a fluir ininterruptamente desde há oito dias, numa sexta-feira 13, após terem sido perturbadas e paralisadas por várias vezes desde o início da tensão pós-eleitoral em Moçambique passamos hoje exactos dois meses. Confirmaram esta quinta-feira, 19, à “Carta”, os porta-vozes da Autoridade Tributária de Moçambique, Fernando Tinga, e dos Serviços de Migração da Província de Maputo, Juca Bata.

“O fluxo de camiões retomou na semana passada e tem acontecido normalmente”, disse Tinga, sem precisar o número de camiões que atravessou a fronteira de Ressano Garcia, de Moçambique para África do Sul ou vice-versa.

Além de fontes governamentais, confirmou o facto uma fonte sénior da concessionária do Porto de Maputo,

a Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC, sigla em Inglês). “Desde sexta-feira da semana passada, o Porto de Maputo tem registado entrada e saída de camiões sem sobressalto”, revelou-nos a fonte. Segundo a mesma fonte, o número diário de camiões reduziu significativamente (em dias normais, o Porto recebe entre 1200 a 1300 camiões) devido ao receio dos operadores no contexto da tensão pós-eleitoral em que o país está mergulhado.

O fluxo normal coincide com a trégua dada pelo candidato presidencial, Venâncio Mondlane, que não instiga a manifestações desde o dia 12 de Dezembro corrente, após uma semana de protestos contra os resultados das eleições de 09 de Outubro passado. Havia programado anunciar mais uma onda de manifestações no dia 16, mas prorrogou a trégua até 23 de Dezembro corrente, para se prestar solidariedade às vítimas da tempestade

tropical severa Chido, que no domingo e segunda-feira desta semana arrasou alguns distritos das províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia. A trégua visa, igualmente, homenagear as vítimas mortais das manifestações populares, assim como o advogado Elvino Dias e o mandatário do partido Povo Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (Podemos), Paulo Guambe, ambos assassinados na madrugada do dia 19 de Outubro último.

Todavia, a trégua de 11 dias não está a beneficiar a todos os operadores do Corredor de Desenvolvimento de Maputo. Uma das mais prejudicadas é a Trans African Concessions (TRAC), concessionária da Estrada Nacional Número Quatro (EN4), que liga Maputo e África do Sul. Numa das suas lives, o candidato presidencial Mondlane instigou os utentes a não pagarem as portagens, do dia 15 de Dezembro a 15 de Janeiro de 2025.

Dados da TRAC indicam que, até Julho passado, atravessavam a portagem da Moamba 2685 camiões por dia e 2297 camiões atravessavam a portagem de Maputo. Com base nesses dados, depreende-se que, por dia, só de camiões que não pagam portagens, a TRAC perde seis milhões de Meticais. Para minimizar os prejuízos, há dias que de forma implícita a TRAC deixa ao livre-arbítrio dos cidadãos automobilistas de pagarem ou não pela travessia, mantendo a via aberta (cancelas na vertical).

A medida não-oficial abrange as portagens geridas pela Rede Viária de Moçambique (REVIMO), bem como as instaladas pelo Fundo de Estradas, através do Programa Auto-Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME) em todas as estradas do país. As entidades pretendem evitar a vandalização da infraestrutura onde não encontrem protecção pelas autoridades garantes da lei e ordem, neste

período nebuloso da história recente do país.

Face à tensão pós-eleitoral (e com a possibilidade de se agravar após a divulgação dos resultados pelo Conselho Constitucional), o Governo tem mantido vários encontros para encontrar soluções. Semana passada, numa dessas ocasiões, com o sector privado, o Executivo prometeu à classe empresarial a escolta de camiões de minérios e de outras mercadorias nos principais corredores de desenvolvimento do país.

Esta semana, os governos da África do Sul e de Moçambique anunciaram o reforço de medidas de segurança para mitigar o impacto das manifestações de contestação eleitoral em Moçambique, devido ao risco de insegurança alimentar e energética. A escolta militar voltou a ser mencionada, como uma das medidas a ser adaptada para a mitigação do impacto das manifestações. **(Evaristo Chilingue)**

Novo terminal de fruta melhora corredor comercial Moçambique – África do Sul

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC) anunciou um grande desenvolvimento para o sector logístico de Moçambique com a assinatura de um contrato para a construção e gestão de um moderno terminal de fruta. Este marco, liderado pela empresa moçambicana Our Corridor Logistics (OCL), representa um investimento de 21 milhões de dólares e marca um passo significativo no reforço do corredor comercial África do Sul-Moçambique.

Previsto para ocupar uma área de 19 mil metros quadrados, o terminal será construído de raiz e incluirá um complexo de armazéns especializados e equipados para armazenar fruta congelada e à temperatura ambiente. A instalação terá uma capacidade inicial de movimentação de 60 mil toneladas por ano, com planos de expansão à medida que a procura

crescer. A construção deverá durar aproximadamente 14 meses, após o que o terminal entrará em funcionamento ao abrigo de um contrato de subconcessão de 25 anos.

Para além da sua importância logística, o projecto irá criar mais de 100 empregos directos, proporcionando um impulso vital ao emprego lo-

cal e à actividade económica na região. “Este terminal de frutas faz parte da extensão da concessão atribuída pelo governo moçambicano em Fevereiro deste ano”, afirmou Osório Lucas, director executivo do MPDC. “É também um reflexo da aposta do Porto de Maputo no desenvolvimento sustentável e na modernização do sector logísti-

co de Moçambique. Estamos a investir no futuro da nossa economia e a criar condições para que o nosso país seja cada vez mais competitivo e inclusivo”, sustentou.

Espera-se que o terminal desempenhe um papel fundamental na facilitação da exportação de produtos frescos, oferecendo aos exportadores agrícolas regionais soluções modernas de armazenamento e logística. A sua localização no Porto de Maputo proporciona uma porta de entrada estratégica para que os produtos sul-africanos cheguem aos mercados internacionais de forma rápida e eficiente.

“Estamos confiantes de que o novo terminal de fruta não só servirá o importante mercado de trânsito, como também impulsionará o sector agrícola moçambicano, criando oportunidades para os produtores locais e reforçando as exportações do



Foto: O Económico



Foto: MPDC

país. Este é um passo importante para a consolidação de Moçambique como um actor relevante no comércio regional e internacional de produtos agrícolas”, afirmou o director-geral da OCL, Jorge Ferraz. (SA's Freight News Features - Corridors)

Manifestações perturbam circulação de comboios da Nacala Logistics

A circulação de comboios da Nacala Logistics esteve temporariamente condicionada, no dia 11 de Dezembro corrente, em face das manifestações pós-eleitorais que decorrem desde o dia 21 de Outubro em repúdio aos resultados das eleições gerais, legislativas e provinciais condicionaram. A informação foi facultada à “Carta” esta semana pela empresa.

“No dia 11 de Dezembro, por volta das 09h00, a Nacala Logistics foi forçada a interromper, temporariamente, a circulação dos comboios nos trajectos Nampula – Nacala e Cuamba – Nampula, em virtude de se terem verificado aglomerados populacionais e colocação de barricadas em alguns pontos da linha férrea”, afirma a empresa em comunicado.

A Nacala Logistics detalha que, naquele dia, a primeira interrupção ocorreu na região do mercado Waresta, na cidade de Nampula, quando o comboio de carga geral realizava a viagem de Nacala para Malawi. Os manifestantes, além das barricadas, causaram danos em alguns

equipamentos da via e tentaram incendiar duas locomotivas, cujas chamas foram prontamente debeladas pela tripulação.

“A segunda interrupção, na mesma manhã, ocorreu no sentido descendente, de Cuamba para Nampula, concretamente na região de Malema, tendo afectado o comboio de passageiros. Algumas horas depois, as con-



Foto: Jornal Ikweli

dições de segurança foram repostas e a circulação ferroviária seguiu normalmente”, descreve a empresa.

De acordo com o jornal local Ikweli, Ramos Paulo, uma testemunha no mercado de Waresta, contou que a situação começou após agentes

da Polícia da República de Moçambique terem baleado um manifestante que obstruía a via pública. “Quando começou, parecia algo normal, mas depois tomou um rumo alarmante. Um dos meus vizinhos perdeu a vida em consequência dos tiros disparados pelos agentes da polícia no local”, afirmou.

“Os manifestantes começaram a incendiar pneus na es-

mesmo assim, os manifestantes incendiaram uma parte do comboio, acrescentou o interlocutor do Ikweli, algo corroborado por imagens sobre o sucedido que circularam nas redes sociais digitais e na mídia televisiva.

Entretanto, antes daqueles incidentes, no dia 02 de Dezembro de 2024, um comboio de transporte de carvão mineral, da mesma empresa, descarrilou na cidade de Nampula, ao embater em barricadas colocadas por manifestantes sobre a linha férrea.

O caso ocorreu na zona da Total, ao longo da ferrovia que liga a província de Tete e o porto de Nacala. O sinistro afectou a travessia na passagem de nível entre os bairros de Carrupeia e Napipine e para as zonas da Sipla e Gorongosa.

Antes desse incidente, uma centena de manifestantes forçaram a imobilização de um comboio da Nacala Logistics no mercado Waresta. Depois empoleiraram-se na locomotiva e ficaram a entoar cânticos durante alguns

minutos. Nesse dia, não foram reportados mortos nem feridos.

“Ciente do contexto actual e visando prevenir novas situações, continuaremos monitorando por forma a garantir a segurança dos nossos utentes, trabalhadores, equipamentos e infra-estruturas. A empresa está em processo de apuramento dos danos materiais”, refere a Nacala Logistics.

A Nacala Logistics é responsável pela gestão do Terminal Portuário Multiusuário de Nacala-à-Velha e pelo transporte ferroviário ao longo dos 1.700 km de linha férrea compartilhada, destinada ao transporte de carvão mineral, carga geral e passageiros – de Nacala a Moatize, passando pelo Malawi. Em Moçambique, cobre uma extensão ferroviária de 970 km, abrangendo as regiões de Nacala, Moatize, Lichinga e Entre-Lagos passando por Cuamba. Já no Malawi abrange as regiões de Nayuki a Limbe e Chipata passando por Liwonde, numa extensão de 730 km de malha ferroviária. (Evaristo Chilingue)

Terrorismo, péssimas estradas, porto de diminutas capacidades...

Os obstáculos que minam a logística em Cabo Delgado

Os agentes económicos ligados ao sector logístico em Cabo Delgado enfrentam vários desafios para fazer negócios, devido ao terrorismo que grassa a província há sete anos. A essa crise de conjuntura político-militar, se acrescentam problemas estruturais: estradas esburacadas, desvalorização do conteúdo local e falta de um porto com capacidade para manusear elevadas quantidades de carga diversa e receber navios de grande porte.



Estes desafios foram dados a conhecer por Alcino Pinheiro e Mamudo Irache, operadores logísticos há vários anos baseados na capital de Cabo Delgado, Pemba, e integrantes da Associação de Camionistas de Pemba.

Segundo Pinheiro, o troço da Estrada Nacional Número Um (EN1) que liga Pemba a Metoro, com uma extensão de cerca de 100 km, é o mais problemático: a via está em péssimas condições de transitabilidade e, como consequência, provoca danos aos camiões de carga.

“As más condições da estrada danificam os veículos, causando prejuízos enormes aos agentes económicos com a reparação”, disse a fonte. Perante esse cenário, o Governo tem vindo desde 2021 a prometer mobilizar fundos para a reabilitação, bem como o reassentamento das pessoas afectadas pelo projecto. Contudo, “nem água vai, nem água vem”, lamenta-se a fonte.

Em Janeiro deste ano, o Delegado Provincial da Administração Nacional de Estradas (ANE), Jorge Govanhica, disse que as obras de reabilitação arrancariam a curto prazo, o que ainda não se verificou. Um mês depois, em Fevereiro, foi a vez do Ministro das Obras Públicas e Habitações, Carlos Mesquita, garantir o arranque das obras de reabilitação da via (e não só), a partir de Maio. Contudo, segundo Irache, a ANE só está a fazer o tapamento de buracos e não uma reabilitação de raiz. “Neste momento, vejo um trabalho de tapamento de buracos, não sei se depois a ANE vai fazer a resselagem da estrada, tal como fez noutras estradas da província”, afirmou o empresário.

Mas essa não é a única estrada que apoquentos os operadores logísticos de Cabo Delgado. Segundo Pinheiro, preocupa também a EN380, que liga Pemba a Macomia, afectada anualmente na época chuvosa. “Todos os anos, esta estrada é afectada e, como consequência, fica intransitável. Se não houver corte por causa do transbordo do rio Messalo ou é porque uma ponte cedeu”, disse o empresário.

Em Janeiro último, por exemplo, registou-se um corte na ponte sobre o rio Napacala, na sede distrital de Macomia, tendo isolado cinco distritos do norte de Cabo Delgado por estrada, nomeadamente: Muidumbe, Mueda, Nangade, Mocimboa da Praia e Palma. Entretanto, trabalhos foram levados a cabo pelo sector de estradas e a transitabilidade foi reposta.

Além das estradas sem qualidade, o maior entrave a fluidez da logística é o terrorismo. Há mais de cinco anos que o fenómeno desloca residentes dos distritos nortenhos da província para o sul em busca de refúgio, mata, fere, destrói infra-estruturas públicas e privadas, cimentando a pobreza em Cabo Delgado. “O terrorismo cria insegurança no seio dos operadores. Por causa disso, os membros da Associação dos Camionistas de Pemba chegaram a um consenso de que só se pode circular nas estradas dos distritos afectados pelo terrorismo das 07h00 às 16h00, agora que não há escolta”, explicou Irache.

Por causa do fenómeno, Pinheiro disse que há empresários que viram os seus veículos incendiados e produtos destruídos. “Há empresários

que já perderam camiões atacados por terroristas. Eu ainda não sofri, felizmente. Mas um motorista meu uma vez me ligou no meio de tiroteios, a perguntar o que podia fazer. Sei que há alguns que priorizam as mercadorias, mas eu só disse: veja o que faz, a vida é sua”, desabafou o empresário.

Entre os obstáculos ao desenvolvimento do sector em Cabo Delgado, os empresários apontaram igualmente a exclusão das micro, pequenas e médias empresas locais em oportunidades de negócios oferecidas pelos mega-projectos ligados à exploração de gás natural. Segundo os nossos entrevistados, uma das formas de excluir as empresas locais é o atraso no pagamento de facturas. “Os mega-projectos não pagam as facturas atempadamente, fazem-no depois de 60 dias. São dois meses à espera de pagamento, período no qual o empresário deve reembolsar o empréstimo bancário, bem como canalizar impostos ao Governo e outras obrigações correntes. Consequentemente, nós também acabamos atrasando o pagamento das nossas obrigações, o que penaliza ainda mais a nós agentes económicos”, queixou-se o empresário.

Contudo, para Irache, que também é Presidente do Conselho Empresarial de Cabo Delgado, o atraso no pagamento de facturas não é só um problema dos mega-projectos, mas também do Estado. “É um problema antigo. O Governo também tem demorado pagar as facturas aos fornecedores, o que prejudica em grande medida as empresas que têm trabalhadores por assalarar. Quando o salário atrasa é a imagem do

empresário que é beliscada”, afirmou Irache.

Em verdade, a dívida do Estado aos fornecedores sempre foi um grande empecilho para os agentes económicos. Amiúde, os empresários, representados pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), têm proposto várias formas de pagamento/compensação, mas sem sucesso. Como consequência, há casos em que estes recusam novos contratos por elevadas dívidas do Estado.

Para Pinheiro, a falta de um porto em Cabo Delgado com capacidades à altura das exigências é outro empecilho para os agentes logísticos baseados naquela província. Em consequência, camiões de Syrah Resources saem do distrito de Balama com grafite para o porto de Nacala, província de Nampula. Na óptica de Irache, o porto local pode ter limitações, mas a carga é deliberadamente desviada para o porto de Nacala, na província de Nampula, para servir os interesses da concessionária da infra-estrutura.

O terminal portuário e logístico de Pemba

Para melhorar a logística em Cabo Delgado, os empresários são unânimes em afirmar que o Governo deve trabalhar no sentido de acabar com o terrorismo, melhorar as vias de acesso, bem como aprovar “regras claras de negócio” que possam proteger o sector privado.

O problema (infra)estrutural maior, das capacidades diminutas do porto, poderá ser resolvido a médio prazo, com a concessão do terminal portuário e logístico de Pemba ao

consórcio Pemba Bulk Terminal Limitada (PBT), constituído pela CD Properties e a Portos de Cabo Delgado, SA., aprovada no segundo semestre deste ano pelo Conselho de Ministros.

O Governo anunciou, no início de Outubro último, investimentos na ordem dos 14.2 mil milhões de Meticais para a contínua reabilitação do cais de base, bem como o investimento de 49.5 mil milhões de Meticais para o portão flutuante. Serão ainda injectados pelo menos 90 milhões de dólares norte-americanos, em investimentos a serem realizados pela concessionária Pemba Bulk Terminal Limitada (PBT). Quando o terminal portuário e logístico estiver requalificado e em funcionamento, os custos de logística interna deverão diminuir.

Dados da empresa pública Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) indicam que o terminal portuário e logístico de Pemba possui um cais com 183 metros de comprimento e uma largura de 17 metros, perfazendo uma área de 3.103 metros quadrados. Tem duas frentes de acostagem, uma com 135 metros de comprimento e uma profundidade entre 7 e 8 metros e a outra com 25 metros e uma profundidade de 2 a 5 metros.

O terminal portuário e logístico de Pemba tem ainda uma área de armazenagem de 20.000 metros quadrados, com um único armazém de 1.800 metros quadrados. A infra-estrutura é servida por um pátio de 25 toneladas, sete empilhadeiras, cujas capacidades variam entre 2,5 e 28 toneladas, e dois tractores. **(Evaristo Chilingue)**

Corredores da SADC: falta de integração prejudica a eficiência



A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) deve superar a sua abordagem fragmentada aos corredores comerciais regionais para promover o crescimento e aumentar a eficiência. De acordo com Desiderio Fernandes, presidente da Federação das Associações Agentes Transitários da África Soberana (FCFASA), para alcançar isto é necessário dar prioridade à integração digital, promover a confiança entre os Estados-membros e garantir um envolvimento significativo do sector privado na tomada de decisões.

Fernandes salienta que a região da SADC está significativamente atrasada em relação aos seus pares. “Ainda estamos presos no primeiro passo – troca de dados entre os Estados-membros – enquanto as nossas fronteiras permanecem congestionadas”, disse. Contrasta isto com a Comunidade da África Oriental (EAC), que conseguiu uma facilitação contínua do comércio através de iniciativas como uma união aduaneira regional, um sistema de declaração única, uma plataforma de rastreio partilhada e leis regionais obrigatórias. “A vontade política da EAC e do parlamento regio-

nal foram fundamentais. As políticas acordadas a nível regional são obrigatórias e implementadas a nível nacional, razão pela qual os seus corredores estão a florescer”, disse à *Freight News*.

O fracasso da SADC em criar um ambiente comercial interligado e digitalizado é um grande obstáculo. Segundo Fernandes, a falta de uma interface digital unificada para a gestão dos corredores é problemática. Embora muitos Estados-Membros tenham desenvolvido sistemas de janela única a nível nacional, estes continuam a ser subutilizados. “Ainda vemos

processos manuais em muitas áreas, frustrando o propósito da digitalização”, diz.

A relutância política é outro desafio significativo. Segundo Fernandes, os Estados-membros encaram frequentemente os programas regionais com desconfiança, dando prioridade aos interesses nacionais em detrimento do progresso colectivo. “Há uma relutância em digitalizar porque isso trará responsabilização, transparência e redução da redundância, ao mesmo tempo que eliminará as oportunidades de corrupção. Esta miopia está a sacrificar as receitas

nacionais, o crescimento regional e o desenvolvimento apenas em troca de alguns ganhos individuais”, afirmou.

A falta de envolvimento dos representantes regionais especializados do sector privado na tomada de decisões de alto nível da SADC é outro calcanhar de Aquiles. Fernandes referiu que o papel consultivo atribuído às empresas é muitas vezes discricionário e não obrigatório. “O comércio e os serviços são impulsionados pelo sector privado – nós somos os utilizadores, os algozes e os pagadores. Os governos precisam de nos envolver desde o início para garantir que as políticas funcionam na prática”, afirmou.

Fernandes compara isto com a EAC, onde o envolvimento do sector privado é institucionalizado. “Na África Oriental, adoptaram uma mentalidade comercial, razão pela qual estão a assistir a um crescimento exponencial e a corredores eficientes.”

Apesar destes desafios, Fernandes acredita que a SADC tem um potencial imenso. “Temos os recursos, as infra-estruturas e a experiência, mas sem uma abordagem regional coordenada nunca conseguiremos obter todos os benefícios”, afirmou. “As nações da SADC precisam de adoptar uma mentalidade regional. Até que deixemos de operar em silos e priorizemos o progresso colectivo, permaneceremos estagnados enquanto outras regiões avançam.” (*SA's Freight News Features - Corridors*)

Pub.

Corredores virtuais marítimos em África de costa-à-costa



Os exportadores e importadores estão a utilizar corredores virtuais de transporte marítimo de curta distância que ligam os portos das costas oriental e ocidental de África. Uma das empresas é a Contra Consolidations, que fornece serviços regulares directos a partir da Cidade do Cabo para Luanda, Tema, Abidjan e Lagos na costa oeste, e Maputo, Beira, Mombaça na costa leste, com Port Louis a for-

necer uma porta de entrada para a Índia.

A carga está a ser encaminhada a partir destes centros por toda a África, de acordo com Martin Schulze, director-geral da Contra Consolidations. A consolidação de cargas estava a ajudar os exportadores a penetrar nestes mercados, reduzindo os custos e os volumes com que os importadores tinham de se comprometer, disse à *Freight News*. Os

expedidores e os proprietários de carga têm uma variedade de linhas à sua escolha. Embora não existam corredores formais de transporte marítimo de curta distância que liguem os portos africanos, a maioria das principais companhias marítimas presta serviços, que são complementados por operadores regionais como a Breadbox Shipping Lines, que se concentra no comércio entre a Europa e a costa oeste, até a África do

Sul, com uma frota de navios equipados e transportadores de carga fraccionada.

A West Africa Line e o Benguela Feeder Service da Uniatlantico proporcionam um corredor entre a África Ocidental e a África do Sul, enquanto a Linha da África Oriental serve o mercado oriental.

A Maersk liga as ilhas do Oceano Índico através de

Port Louis, enquanto a MSC liga Mombaça, Djibouti, Dar es Salaam e Beira, na costa leste, e Lagos e Walvis Bay, na costa oeste. Existe potencial para um corredor marítimo formal na costa oeste. Prevê-se que a subsidiária da MSC, a Terminal Investment Namibia (TiN), à qual foi concedida a concessão para operar o porto de contentores de Walvis Bay, estabeleça um centro para proporcionar uma ligação mais estreita entre a África Austral e os mercados da costa oeste.

A linha oferece actualmente um serviço que liga a África do Sul a Walvis Bay, Namibe, Luanda, Pointe-Noire e Lomé. Falando na transferência oficial das operações portuárias no dia 1 de outubro, o presidente executivo da TiN, Alexander Reali, disse: “A TiN está empenhada em trazer práticas inovadoras e padrões operacionais avançados para a Namíbia.”

A transferência inclui planos para actividades de dragagem imediatas para aprofundar o canal do porto para acomodar embarcações de maior porte. Entre os compromissos assumidos pelo TiN está o aprofundamento do canal para acomodar embarcações de maior porte.

(SA's Freight News Features - Corridors)

Empresas africanas a descobrir o mercado continental

O tráfego nos corredores comerciais africanos deverá crescer à medida que as empresas africanas mudam a sua atenção para os mercados regionais e continentais. Durante o primeiro semestre de 2024, a participação do comércio intra-africano no total do comércio do continente aumentou de 11% para 12%, de acordo com Nee Coleman, responsável pelos assuntos económicos da Organização Mundial do Comércio.

As importações continentais caíram 5% durante o mesmo período. “Mesmo que o crescimento do comércio continue limitado em termos de volume, as estimativas iniciais mostram um aumento da proporção do comércio intra-africano. “Este desenvolvimento deverá reforçar os esforços de diversificação económica do continente e mitigar o impacto dos choques externos”, disse Coleman no lançamento do Relatório do Comércio Mundial

de 2024 da OMC, em Outubro.

Embora apenas 20% das exportações de África para fora do continente sejam produtos manufacturados, 45% do comércio entre os países africanos compreende produtos manufacturados, de acordo com o Relatório



sobre o Comércio Africano de 2024 do Afreximbank. Estas estatísticas suportam as conclusões do mais recente Barómetro Comercial do Standard Bank Africa.

Os inquiridos em 10 países afirmaram preferir negociar com países africanos e asiáticos, com “um número significativo a optar pelos mercados africanos devido ao menor custo das importações, produtos de boa qualidade e tempos de resposta rápidos”.

As empresas da Namíbia (75%), da Tanzânia (48%) e de Angola (43%) mostraram o maior interesse em negociar com o resto do continente. O governo da Namíbia posicio-

nou activamente o país como uma porta de entrada logística para a região sul, com o Walvis Bay Corridor Group a publicar anúncios destacando o acesso ao mercado através dos corredores. Os entrevistados referiram que estava a tornar-se mais fácil fazer comércio em África.

As infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário também foram consideradas desafios significativos para as empresas, embora se tenham observado algumas melhorias desde o inquérito anterior, realizado em maio de 2023. Para alcançar um impacto significativo nos volumes dos corredores, ainda há algum trabalho a fazer para criar consciência sobre a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA). Apenas 45% das empresas inquiridas afirmaram ter conhecimento da AfCFTA, estando a sensibilização a aumentar em Angola e Moçambique. Isto é atribuí-

do à participação dos países na Iniciativa de Comércio Guiado (GTI) no âmbito do quadro da AfCFTA.

No entanto, menos empresas reportaram benefícios tangíveis do acordo, com apenas 28% a considerarem o acesso a mercados maiores e a circulação mais fácil de bens e serviços como vantagens principais. “O declínio dos benefícios percebidos foi particularmente pronunciado entre as pequenas empresas, especialmente na África do Sul, destacando a necessidade de esforços contínuos para traduzir a consciência da AfCFTA em ganhos tangíveis para as empresas e o comércio africanos”, afirmam os editores. Moçambique, Tanzânia, Nigéria e Zâmbia melhoraram na classificação geral do Standard Bank Africa Trade Barometer, enquanto o Quênia, o Gana e o Uganda baixaram.

(SA's Freight News Features - Corridors)

CORREIO DO LEITOR



Em resposta ao artigo de opinião do veterano jornalista e jurista Tomás Vieira Mário ("As 'elites do atraso"), publicado na sexta-feira, 06 dezembro 2024, os leitores da Carta de Moçambique digital disseram:

"Bem, é assim na Terra não há nada que não anda interligado, por exemplo os bebês andam interligados com o cordão umbilical e vejamos este triângulo, Mãe, cordão e bebê; outro triângulo, nascer, crescer e morrer; outro triângulo Filosofia, Psicologia e Pedagogia e muitas outras triangulações, mesmo se recuarmos na História houve um triângulo comercial, América, África e Ásia, no fornecimento de escravos e o problema é este, não gostarmos de perguntar, será que hoje, deixou de existir esse comércio triangular? Se formos por um exemplo Chinês que exemplifica com bananas e macacos cito: "...quando você oferece dinheiro e bananas ao macaco, ele simplesmente come todas as bananas e deixa o dinheiro, esquecendo que com o dinheiro pode comprar muitas bananas..." Nota, este exemplo está relacionado à pobreza, e se recuarmos na história, temos que perguntar, por que a droga "vingou" no Mundo? A resposta é simples, "onde o ESTADO virou PADRASTO, a droga virou PAI, e assim também, em relação à PIRATARIA, ao crime ORGANIZADO, à CORRUPÇÃO etc... e se formos mais visionários, chegaremos a conclusão que desde os tempos, remotos (históricos) não houve nenhuma sociedade ou reino que não tenha atingido o PICO e depois a decadência e este ciclo é vicioso, não esquecer que a Democracia é sinónimo de Liberdade..."

(Anacleto Santos, 11.12.2024)

"Muito Bom. Mas como elite do atraso que é, está e vai continuar a atrasar o mais que pode, criando a todos um tempo de agonia. Talvez a última arbitrariedade seja esta, a de criar um tempo do agonia, o da sua própria agonia imposta a todos. E quem os pode parar? Ou como os fazer parar?"

(Carla Maria, 11.12.2024)

Reagindo à Carta Ao Leitor do Director, Marcelo Mosse ("A Frelimo está moribunda?") da edição de 7 de Dezembro da "Carta da Semana", os nossos leitornautas disseram:

"Certamente os nossos filhos terão uma consciência rejeitora da FRELIMO e irão tentar reconstruir a história. A FRELIMO tem de se enterrar."

(Tabara Tomas Taurai, 11.12.2024)

"...obrigado pela franqueza! Todas nações ao redor do mundo que se tornaram grandes e prósperas passaram por este processo que está em curso no nosso país, É inevitável uma Reforma da Nação."

(Dario Zabura, 11.12.2024)

"Na história das nações, inclusive tão recente como o colapso do regime de Bashar al-Assad na Síria, quando os cidadãos saem em massa para a rua para exigir mudanças políticas e destruir monumentos públicos, isso é evidentemente um exemplo de uma revolução política irreversível impulsionada pelos cidadãos. Não há dúvida de que o reinado político da FRELIMO em Moçambique já acabou, e a culpa é dela própria e do ditador fascista Filipe Jacinto Nyusi."

(Maria Fiallo, 11.12.2024)

À "Carta do leitor: incendiar um tribunal é um acto de barbárie", da autoria de JCN, publicada na quinta-feira, 05 dezembro, um leitornauta disse:

"Quando os Juizes se formam em cobardia legis para servir seu estômago e regimes contra um povo, o que dizer de construir e manter pedras que abrigam corruptos e magistrados de direito falido.. cinzas para reconstruir. Vamos reconstruir começando pela ideologia nas escolas, só daqui a 50 anos teremos juizes dignos."

(Hhsales Hsales, 11.12.2024)

Nota do Editor: A "Carta da Semana" faz revisão lingística dos textos, cujos originais estão acessíveis ao público na página web da Carta digital, para os tornar legíveis e coerentes onde necessário sem contudo a(du)lterar o conteúdo ou sentido da opinião expressa pelos leitores.

Os eternos "anos da fantasia" do Ferroviário de Maputo



Por: Nando Menete

Em tempos, algures pelo mundo, conheci um sindicalista e parte, na altura, da oposição em seu país. Pouco tempo depois o seu partido e candidato presidencial ganham as eleições e ele participa na nova estrutura governativa. Em visita ao seu país, passo alguns dias na sua casa protocolar na capital. Um luxo e em bairro nobre.

No final da estadia, o meu anfitrião fez questão de sublinhar de que aquelas condições de vida não correspondiam à realidade dele, apelidando-as de seus "anos da fantasia". Contou ainda de que a realidade dele estava em outro local, por acaso longínquo, geograficamente e socialmente, e de que as condições reais da sua vida seriam as que retomaria e com a ajuda da sua nova experiência procuraria contribuir para o progresso da sua cidadezinha.

Ontem lembrei-me deste meu amigo sindicalista, enquanto acompanhava, na TV, a apoteose da recepção no aeroporto à equipe sénior feminina de basquetebol do Clube Ferroviário de Maputo que há dias, em Dakar, Senegal, conquistou pela terceira vez o campeonato africano (de clubes) da modalidade.

Aliás, não é a primeira vez. É sempre assim quando uma equipe nacional, incluindo a selecção, sobretudo da modalidade de basquetebol, ganhe troféus ou faça brilhante além-fronteiras e que me levam a questionar se não seriam essas proezas semelhantes aos "anos da fantasia" do meu amigo sindicalista?

Infelizmente, e conforme o combinado, ainda não consegui visitar a terra deste ami-

go o que me permitiria aferir, "in loco", a autenticidade das suas palavras. Mas tenho tido notícias, incluindo as de que a cidadezinha onde voltou a morar, depois que o seu partido e candidato presidencial não conseguiram renovar mais um mandato, está a progredir.

"In loco", (in)felizmente, conheço a realidade do clube campeão, sobretudo a das condições em que se encontram as suas instalações desportivas na baixa da capital. Por aqui, uma dúvida: terá o Ferroviário dito às suas congéneres, estruturas de gestão regional e mundial da modalidade ou a singulares com quem se tenha cruzado, de que os seus troféus eram apenas os seus "anos da fantasia" e em seguida as convidasse a visitar a sua realidade?

Enquanto espera-se que a dúvida desvaneça, e face aos dados, nomeadamente o percurso histórico de conquistas africanas do Ferroviário de Maputo vis-à-vis o percurso histórico da progressiva deterioração e abandono das suas instalações desportivas da baixa da capital, incluindo onde as campeãs treinam, fica a ideia de que o campeão esteja apenas confortável com os seus (já) eternos anos da fantasia.

PS: Em jeito de parêntesis: foi recentemente inaugurado um estádio municipal de raiz na autarquia do Ibo, Cabo Delgado, construído com fundos dos Caminhos de Ferro de Moçambique, patrono/proprietário do Ferroviário. Salvo erro, foram perto de 2 milhões de dólares desembolsados. Não sei se estão inclusos os custos com a cerimónia presidencial de inauguração...

Pub.



Defende jornalista e Jurista Ericino de Salema: Segundo candidato presidencial mais votado deve ter estatuto especial

O jurista moçambicano Ericino de Salema defende que o segundo candidato mais votado nas eleições presidenciais deve gozar de um estatuto especial, não se limitando este reconhecimento ao líder do segundo partido que mais votos recebeu.

Salema sustenta esta tese num e-book intitulado “Do Estatuto do Líder da Oposição versus Segundo Candidato Presidencial Mais Votado em Moçambique” a que “Carta” teve acesso.

“Que todo o segundo candidato mais votado ao cargo de Presidente da República que não seja, igualmente, candidato a deputado à Assembleia da República, por um partido por si dirigido, tenha um estatuto especial”, enfatiza Salema, advogado e jornalista.

Para o também docente universitário, essa prerrogativa pode conferir dignidade e criar condições para que a figura investida do referido reconhecimento monitore condignamente o “governo do dia”, através de uma oposição política não carente de recursos minimamente dignos. “Afinal, os que nele votaram são, igualmente, accionistas desta empresa denominada

Estado moçambicano!!!”, pode ler-se no documento.

O jurista enfatiza que o líder da oposição é materialmente considerado uma espécie de primeiro-ministro alternativo, liderando, em muitos países, os denominados “governos-sombra”.



Foto: António Silva/Lusa

Estatuto era para acomodar Afonso Dhlakama

O Estatuto Especial de Líder do Segundo Partido Mais Votado com Assento Parlamentar cria confusão com a situação jurídica de Segundo Candidato Presidencial Mais Votado, ressalva.

“Tirando a necessidade de acomodar a situação específica de Afonso Dhlakama [então líder da Renamo, principal partido da oposição], não se vê qualquer ou-

tra base material que justifique [...]. O Estatuto Especial do Líder do Segundo Partido Mais Votado com Assento no Parlamento, na prática, trata-se do Estatuto Especial de Afonso Dhlakama, que, por inerência, já era formalmente membro do Conselho de Estado”, realça Salema.

O jurista recorda, que, desde as primeiras eleições gerais de 1994, que Afonso Dhlakama era o segundo candidato presidencial mais votado e a Renamo o segundo partido mais votado com assento parlamentar, que por inerência, deveria ter tomado posse no Conselho de Estado.

“Como não o fez, havia a necessidade de criar um Estatuto Especial que lhe colocasse acima do Estatuto do Segundo Candidato Presidencial Mais Votado,

que lhe confere um estatuto quase invisível e igual a dos outros membros do Conselho do Estado”, reforça.

Por isso, quando a Lei n.º 33/2014, de 30 de Dezembro, cria o Estatuto Especial de Líder do Segundo Partido Mais Votado, na prática, força que os candidatos presidenciais tenham de ser necessariamente líderes dos partidos que os suportam, já que o Estatuto de Segundo Candidato Mais Votado ao Cargo de Presidente da República é hierarquicamente inferior ao do referido Líder do Segundo Partido Mais Votado, com assento na Assembleia da República, prossegue Ericino de Salema.

Alerta que as Eleições Presidenciais, Legislativas e Provinciais realizadas em 9 de Outubro de 2024, além da tensão pós-eleitoral, caracterizada por protestos à escala nacional, suscitam o problema jurídico-constitucional do Estatuto do Líder da Oposição em confronto com a situação do Segundo Candidato Presidencial Mais Votado.

Assinala ainda que o segundo candidato mais votado ao cargo de Presidente da República, nas últimas eleições gerais – no caso Venâncio Mondlane – não é o lí-



Foto: Jornal O país

der do segundo partido mais votado com assento parlamentar e também não foi eleito deputado da Assembleia da República.

“Há várias lições a tirar da situação jurídica pós-eleitoral e que devem merecer a atenção de todos, sobretudo, dos políticos com acrescidas responsabilidades em termos de gestão da *res publica*”, sublinha.

O jurista destaca que a situação jurídico-constitucional de segundo candidato mais votado ao cargo de Presidente da República é reconhecida e consagrada na alínea i) do n.º 2 do artigo 163 da Constituição da República, a quem se atribui o estatuto de membro do Conselho de Estado, órgão político do Presidente da República criado pela lei fundamental de 2004. “Não sendo partidária a candidatura presidencial, porque suportada por cidadãos e não por partidos, dúvidas não existem quanto ao facto de que a situação jurídica de segundo candidato presidencial mais votado ser individual”, lê-se no texto. **(Carta da Semana)**

Impacto das manifestações violentas no sector da saúde

Sociedade Civil propõe estratégias de mitigação

A Plataforma da Sociedade Civil Para Saúde e Direitos Humanos em Moçambique (PLASOC-M) propõe a elaboração e adopção de estratégias para mitigar o impacto e severidade das manifestações, que se registam nos últimos dois meses em Moçambique.

As medidas deverão ser aplicadas nos vários sectores de provisão e acesso aos serviços de saúde no país, incluindo um diálogo franco e construtivo, crucial para a solução da crise pós-eleitoral. As propostas foram apresentadas em conferência de imprensa na última quinta-feira (19), em Maputo, pela Presidente do Conselho de Direcção da PLASOC-M, Gilda Jossias, para a apresentação do posicionamento das Organizações da Sociedade Civil sobre o impacto das manifestações no sector da saúde.

“É expectativa da sociedade civil que o MISAU adopte medidas para assegurar a provisão de serviços de saúde, particularmente aos pacientes com doenças crónicas. Estas medidas irão, seguramente, minimizar a ausência de uma estratégia que priorize a dispensa de medicamentos e flexibilize as consultas para pacientes com cancro e insuficiência renal grave”, disse.

Para o efeito, a PLASOC-M propõe algumas soluções, priorizando um diálogo franco e construtivo, bem como a continuidade da provisão de serviços de saúde básicos e humanizados.

A sociedade civil considera que a aposta no diálogo pelas partes em conflito vai assegurar a provisão de serviços de saúde, com prioridade para pacientes com doenças crónicas e que

dependem de medicamentos e cuidados, “isto contribuirá para a retenção dos pacientes no tratamento”.

Referiu que urge uma aposta na abordagem multisectorial, onde os diferentes intervenientes investem num diálogo positivo, evitando excesso de uso da força policial e criando corredores específicos para a passagem segura de ambulâncias, profissionais de saúde, utentes e viaturas em situação de emergência hospitalar”.

A proposta surge em resposta ao clamor dos profissionais de saúde pela melhoria das condições de trabalho e salários dignos, bem como a criação de meios alternativos que ajudem a providenciar medicamentos aos utentes em momentos de crise, manifestações, desastres natu-

rais, entre outros.

“É necessário que haja melhor aproveitamento das tecnologias para manter os utentes actualizados sobre a toma de medicamentos, consultas, cuidados e, o uso dos órgãos de comunicação social com influência e abrangência local (TV, rádios comunitárias e jornais) para a disseminação de informações importantes sobre saúde”, defendeu.

Questionada sobre a existência de unidades sanitárias encerradas no âmbito das manifestações disse, sem avançar números, que “houve encerramento de algumas unidades sanitárias nas províncias de Gaza, Niassa e Nampula, tendo afectado 21.494 pacientes necessitando de atendimento médico”.

“As unidades sanitárias foram

forçadas a encerrar o atendimento, por défice de pessoal médico ou por receio de vandalizações das suas infraestruturas. Ror isso, há unidades sanitárias que funcionam com uma pressão maior para atender as vítimas deste conflito pós-eleitoral”, afirmou. Segundo Jossias, “a partilha de dados detalhados será feita após um estudo de campo exaustivo, hoje condicionado pela tensão pós-eleitoral acompanhada de manifestações violentas”.

A PLASOC-M apela ao governo a envidar esforços e criar condições necessárias para pôr fim à crise que se instalou no país e com impacto directo no sector de saúde, assumindo que a maioria da população moçambicana ainda tem como sua única referência o sector público para aceder aos serviços de saúde. **(AIM)**

Julius Malema assegura o terceiro mandato como presidente do EFF



Foto: Sharon Seretto/Gallo Images

Julius Malema saiu vitorioso da Assembleia Popular Nacional dos Combatentes pela Liberdade Económica, onde mais de 2.000 delegados o elegeram presidente do EFF para o terceiro mandato consecutivo. Mas enquanto Malema celebra a vitória, surgem questões sobre o futuro de Mbuyiseni Ndlozi no partido.

Texto: **Lerato Mutsila**

O terceiro dia da Assembleia Popular Nacional (NPA) dos Combatentes pela Liberdade Económica viu o líder do partido, Julius Malema, conquistar o seu terceiro mandato como presidente do EFF, depois de ter sido eleito sem oposição por mais de 2.000 delegados votantes. Nenhuma surpresa aí.

Na noite de sábado, 14 de dezembro, os delegados do EFF no Nasrec Expo Centre em Soweto ecoaram um retumbante “não” quando questionados pelo Presidente da Direcção Eleitoral, Terry Tselane, se havia mais nomeações para o cargo de presidente. Malema foi nomeado para o cargo por um delegado de Northern Cape.

Godrich Gardee deverá assumir o cargo de vice-presidente, cargo que está vago desde que Floyd Shivambu, um aliado próximo e cofundador do partido, desertou de forma chocante para o Partido uMkhonto weSizwe (MKP) de Jacob Zuma no início deste ano. Gardee não foi eleita sem oposição, no entanto, uma vez que uma delegada de Mpumalanga, Ester Molepo, se candidatou para o cargo, mas não atingiu o limite.

Marshall Dlamini manteve a sua posição de secretário-geral e Omphile Maotwe manteve-se firme na sua posição de tesoureira-geral. Os recém-chegados aos seis primeiros incluem Lee-Ann Mathys, originalmente porta-voz do partido, que foi eleita secretária-geral adjunta, e Ntando Nolutshungu, que foi eleita presidente nacional.

A eleição dos seis primeiros, que concorreram sem oposição, excepto para o cargo de vice-presidente, ocorre numa altura em que vários delegados de KwaZulu-Natal e do Western Cape foram impedidos de votar depois de não terem conseguido garantir mais de 10% de apoio

durante as eleições nacionais e provinciais de maio de 2024 em alas específicas.

Durante uma conferência de imprensa na quinta-feira, o secretário-geral Marshall Dlamini disse: “Esta não é uma medida punitiva, mas correctiva. É uma mensagem para as nossas estruturas de que a sua responsabilidade reside em servir à comunidade e garantir a sua confiança. Os delegados destas províncias participarão e contribuirão para as discussões, mas não gozarão do mesmo estatuto que os ramos que trabalharam arduamente e cumpriram os padrões exigidos.”

Embora o EFF alegue ser um partido democrático regido pelas regras da sua constituição, uma leitura rápida do documento de 29 páginas não revela nada sobre o requisito de 10% de apoio eleitoral para participar na NPA.

A Newzroom Afrika informou que cada ramo do EFF deve ter 100 membros, o que significa que pelo menos 100 pessoas deveriam ter votado na EFF nos distritos de KZN e Western Cape. A emissora acrescentou que os delegados disseram que o partido estava possivelmente a tentar erradicar indivíduos que se alinharam com o partido MK e que alegadamente ajudaram o partido neófito durante a votação de 29 de Maio.

Esta não é a primeira vez que membros do EFF são punidos por mau desempenho. Em 2023, Malema atacou 439 representantes públicos que não forneceram transporte para os constituintes do partido participarem na festa de aniversário do 10º aniversário do EFF no estádio FNB. Os representantes, que incluíam quatro deputados, foram proibidos de comparecer na celebração.

Ndlozi bateu com a porta?

Uma grande questão na boca

de todos era sobre o futuro de Mbuyiseni Ndlozi no EFF. Isto aconteceu depois de uma série de golpes de Malema e de outros membros do partido terem sido disparados contra o outrora favorito do partido, em antecipação da sua deserção.

Embora Ndlozi não tenha falado por direito próprio sobre a hostilidade, todos os sinais apontam para que Ndlozi tenha sido retirado das boinas vermelhas - uma noção alimentada pela sua ausência na conferência altamente antecipada e pelo tom do partido quando o assunto Ndlozi surgiu durante a comunicação social. “Não vamos responder mais a nenhum disparate sobre Mbuyiseni Ndlozi. Este assunto está encerrado. Pode falar sobre isso por si, mas não nos traga isso”, respondeu Malema quando questionado sobre Ndlozi durante uma conferência de imprensa no sábado.

“Estamos aqui a lidar com questões políticas, não com egoísmo ou pessoas que pensam que são maiores do que esta organização. O EFF vai mostrar-lhes mais uma vez que é maior do que todos eles”, continuou Malema.

Embora tenha havido conversas sobre a nomeação de Ndlozi para se opor a Gardee para o cargo de vice-presidente por parte dos delegados de Gauteng, de Free State e de Western Cape, tal nunca aconteceu. O City Press noticiou que o assunto foi tratado por membros da principal Equipa de Comando Central (CCT).

Ndlozi também não conseguiu obter uma nomeação no novo CCT de 80 pessoas, o órgão máximo de decisão do EFF, que também foi eleito no sábado à noite. Tal como as coisas estão, a questão do futuro de Ndlozi no EFF ainda está em jogo, mas o membro do EFF, sob pressão, continua a ser membro do parlamento no âmbito do EFF - pelo menos por enquanto.

EFF enfrenta uma “ameaça genuína”

No segundo dia da tão aguardada Assembleia Nacional Popular da EFF, o líder Julius Malema passou grande parte da sua maratona de mais de três horas de relatório político a lembrar aos delegados do partido o espírito central do partido.

Na sexta-feira, 13, Julius Malema, subiu ao palco da terceira NPA do seu partido para apresentar uma maratona de relatório político sobre o estado dos boinas vermelhas no rescaldo do desempenho do partido nas eleições de Maio e o êxodo de vários dirigentes de alto nível.

No segundo dia da tão aguardada conferência eleitoral, o discurso de Malema, que durou mais de três horas e meia, procurou realçar a forma como o partido se tinha saído ao longo dos últimos cinco anos, mas o mais importante para o líder do EFF, foi reafirmar a que o partido sob fogo representa. “Nesta terceira Assembleia Nacional Popular, enfrentamos um novo momento, onde a EFF experimentou o seu primeiro declínio eleitoral e sofreu níveis sem precedentes de sabotagem e infiltração. É por esta razão que o tema desta NPA é defender, reconstruir e fazer avançar a luta pela liberdade económica porque, pela primeira vez, a revolução está sob ameaça genuína de perturbação que corre o risco de atrasar a nossa liberdade para as gerações vindouras.”, Malema disse.

Os comentários do líder do EFF surgem depois de o partido ter garantido apenas 9,52% dos votos nas eleições nacionais e provinciais no início deste ano, um declínio de 1,28% em relação ao apoio em 2019. Após o seu resultado no escrutínio de Maio, figuras-chave do EFF, Floyd Shivambu, Busisiwe Makhwebane e Dali Mpofo abandonaram o partido e atravessaram o corredor político para se juntarem ao partido uMkhonto Wesizwe (MK).

Após um ano de turbulência para o EFF, Malema disse que era dever do partido reconstruir a emancipação económica e a fé do eleitorado no princípio da liberdade económica e da justiça, acrescentando: “o EFF continua a ser a arma mais potente e viável para a libertação do povo africano”.

Malema afirmou que, apesar do declínio do partido na percentagem de votos durante as eleições nacionais e provinciais, o EFF continua a ser “o veículo mais fiável para levar avante o testemunho da libertação económica das pessoas marginalizadas”. Isto, disse Malema, é

o que deverá moldar todos os compromissos durante a NPA.

Reafirmando as raízes marxistas, leninistas e fanonistas

Grande parte do relatório de Malema centrou-se em recordar aos delegados do NPA os principais princípios ideológicos do EFF, com uma palestra sobre o marxismo, o leninismo e o fanonismo.

Disse que o marxismo (para analisar as contradições de classe na África do Sul), o leninismo (para fornecer uma perspectiva sobre o papel do Estado e o propósito de formar uma organização de esquerda) e o fanonismo (para caracterizar adequadamente o impacto da conquista colonial e do racismo) constituem a força orientadora do EFF na sua missão de defender, reconstruir e fazer avançar a luta pela liberdade económica.

Ao repetir os princípios fundamentais da ideologia do EFF, Malema procurou lembrá-los de que o inimigo do partido é o capitalismo, que os seus sete pilares cardeais procuram desmantelar.

Malema foi mais longe ao defender a posição ideológica do EFF contra aqueles que o criticavam por ser um ditador ou autoritário, e instou os membros do EFF a manterem-se firmemente comprometidos com a ideologia central do partido. “O nosso governo do EFF verá a destruição de todas as classes e a criação de [uma] sociedade igualitária onde todos serão livres e iguais e ninguém beneficiará à custa de outro... Se tiverem uma compreensão completa da nossa luta de classes, o desenvolvimento histórico e a aplicação contemporânea, começarão a apreciar o marxismo como uma ferramenta de análise e passarão a explicá-lo às nossas comunidades nas vossas próprias línguas”, disse Malema.

Reorganizando a estrutura

Uma das questões sobre as quais os delegados iriam deliberar durante a NPA é a estrutura da EFF. “Diagnosticamos que precisamos de estabelecer estruturas sub-regionais e possivelmente acabar com as estruturas regionais para que a nossa organização e os seus líderes emergam organicamente a partir de dentro e liderem as suas próprias comunidades”, disse Malema, acrescentando que sente fortemente a reorganização das estruturas partidárias.

O partido propôs ainda a criação de um comando Juvenil do EFF, que substituiria o comando estudantil, para atrair todos os jovens da África do Sul (**Daily Maverick**)

Xadrez Geopolítico: a Intrusão no Médio Oriente



Por: Syed Salman Mehdi*

Os sionistas e a Turquia estão aparentemente a colaborar para minar a Palestina. Os fanáticos nacionalistas da aliança EUA-Israel investiram claramente muito neste “Grande Jogo”, mesmo quando a Turquia se debate com o legado do Tratado de Lausanne. Se algumas centenas de milhares são mortos, que diferença faz?

Ao longo da história, os mapas e as teorias geopolíticas em constante mudança procuraram explicar a aquisição do poder pela força e pelo domínio, lançando luz sobre a dinâmica contínua do Médio Oriente, particularmente a relevância estratégica de Israel e o envolvimento americano. A Teoria Orgânica de Friedrich Ratzel descreveu os Estados como entidades vivas que necessitam de expansão territorial para sobreviver (*Politische Geographie, 1897, Oldenbourg Verlag*), um conceito que os EUA continuaram a apoiar para manter a influência no Médio Oriente, rico em recursos.

A teoria do poder marítimo de Alfred Mahan enfatizava o controlo das rotas comerciais e o domínio marítimo como os componentes mais importantes do poder mundial (*The Influence of Sea Power Upon History, 1890, Little, Brown & Company*), reflectindo o interesse americano na protecção e projecção militar no Mediterrâneo, Mar Vermelho e Golfo Pérsico.

A tese central de Halford Mackinder identificou a Eurásia como o centro da governação mundial (*The Geographical Journal, 1904, Royal Geographical Society*), com Israel e o Médio Oriente a funcionarem como portas críticas para esta área vital. A teoria pan-regional de Karl Haushofer previa blocos auto-suficientes, com tentativas americanas de manter Israel estável face a uma aliança de nações opostas como a Rússia e a China (*Geopolitics of the Pacific Ocean, 1924, Kurt Von Wunkel Verlag*).

A tese de Nicholas Spykman sobre Rimland defende o controlo dos territórios costeiros que rodeiam o coração, com os EUA a colaborarem com Israel e a Turquia para governar estas áreas estratégicas. A teoria Shatterbelt de Saul Cohen via regiões fragmentadas como o Médio Oriente como arenas de competição de grandes poderes (*Geography and Politics in a World Divided, 1963, Random House*), como evidenciado pelas recentes mudanças de poder, como as forças apoiadas pela Turquia que tomaram o controlo de Damasco após a queda do regime de Hafez Bashar al-Assad. A teoria do sistema mundial de Immanuel Wallerstein definiu a relação EUA-Israel como uma hierarquia global na qual os estados centrais como os EUA extraem valor económico e estratégico das regiões periféricas.

A Teoria do Grande Tabuleiro de Xadrez de Zbigniew Brzezinski enfatizou a importância da Eurásia na estratégia americana (*The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives, 1997, Basic Books*), com Israel a funcionar como um parceiro crítico no combate a adversários como o Irão e na protecção dos interesses americanos. A Realpolitik de Henry Kissinger enfatizou as relações práticas e o equilíbrio de poder (*Diplomacy, 1994, Simon & Schuster*), explicando o apoio americano a Israel face a uma maior instabilidade regional. As teorias modernas baseadas na tecnologia sublinham o ciberespaço e a inovação como novos teatros de poder (*Cyberwar: The Next Threat to National Security and What to Do About It, HarperCollins, 2010*), com as competências técnicas superiores de Israel a torná-lo um aliado americano. A Palestina é uma prisão-laboratório a céu aberto com laboratórios de armas letais, cidades destruídas e armamento sofisticado testado na humanidade.

A hegemonia política americana e o “Grande Israel”

Em conjunto, estas ideias mostram como a ocupação de Israel e a assistência americana solidificaram a hegemonia geopolítica americana, ao mesmo tempo que garantiram uma influência substancial numa área instável, assegurando a supremacia no comércio global, nos mercados energéticos e em posições militares estratégicas. O desaparecimento

do governo de Assad e o crescente papel da Turquia na Síria realçam a luta dinâmica pela influência nesta área crítica. Mas quantas pessoas foram e continuarão a ser vítimas deste derramamento de sangue? Não há xiitas nem sunitas, árabes, turcos, persas ou palestinianos, apenas pessoas que não conseguem viver pacificamente nos seus bairros porque as potências estrangeiras procuram governar o mundo.



As crenças acima referidas realçam que acontecimentos como a migração de judeus para a Palestina durante a Segunda Guerra Mundial, a ascensão do Partido Ba'ath e a queda abrupta do regime de Hafez Bashar al-Assad não foram totalmente inesperados. Infelizmente, sentado no Paquistão, só posso tentar compreender a situação e observar que ninguém está encarregue dela. Esta série não parece estar a chegar ao fim. As operações militares requerem um planeamento extenso e metuculo, incluindo vigilância, recolha de informações, logística e mobilização de tropas. Envolvem mais do que apenas a transferência de tropas de um local para outro; também exigem um planeamento detalhado e uma execução contínua.

Em princípio, os Estados Unidos e Israel deveriam ser capazes de identificar tais acções devido às suas capacidades superiores de inteligência, que incluem monitorização por satélite, interceptação de sinais e inteligência humana. No entanto, há uma falha em agir com base na inteligência acessível. A incapacidade de detectar pode ser evidência de uma estratégia planeada e não de uma falha na detecção. Esta monitorização estratégica é frequentemente retratada como parte de uma estratégia geopolítica mais vasta que serve objectivos nacionais a longo prazo. Uma possível explicação para a preparação militar

e para as limitações de inteligência de Israel poderá ser o seu alinhamento com esforços mais amplos para conter a influência regional do Irão.

Isto inclui uma ênfase no bloqueio das rotas de abastecimento iranianas à Síria, que apoia o Hezbollah e o Hamas contra Israel. Uma campanha de mudança de regime na Síria poderá fazer parte da estratégia de Israel para derrotar as

petir com eles sem a tecnologia americana. Embora estes libaneses e palestinianos também estejam a lutar com armas automáticas e tradicionais, mantêm-se firmes. A relevância geopolítica e estratégica da Síria torna-se evidente quando vista à escala global. A ligação estratégica entre o Irão e o Hezbollah, tornada possível através de uma ponte terrestre através do Iraque e da Síria, é crítica para o apoio iraniano ao Hezbollah, o que é um factor significativo para impedir que Israel concretize o seu objectivo de um “Grande Israel”.

Esta ligação terrestre é fundamental para o Hezbollah reabastecer e continuar as suas actividades, especialmente porque representa um perigo para Israel. Sem esta ligação, a capacidade do Irão para financiar o Hezbollah – e, portanto, a sua influência estratégica no Líbano – seria severamente limitada. Para quebrar esta ponte seria necessário atacar a Síria ou o Iraque. Perturbar a Síria, especialmente através de uma mudança de regime, seria um método para cortar esta relação crítica, limitando a capacidade do Irão de financiar o Hezbollah. As intervenções dos EUA, de Israel e da Turquia na crise síria podem ser vistas como parte de um esforço mais vasto para enfraquecer as capacidades regionais do Irão.

“É viável dividir a Síria em cinco secções”, mas...

A Síria, sob o comando de Assad, tornou-se um ponto focal para a exploração destas divisões, especialmente porque a administração implacável de Assad e a dependência da assistência iraniana e do Hezbollah deixaram-na aberta à influência externa (*Council on Foreign Relations, 2021*). E agora que os principais líderes do Hamas e do Hezbollah foram mortos nos ataques israelitas, serão necessárias décadas para que recuperem. A trégua na disputa fronteiriça Líbano-Israel sugere que o Hezbollah não está preparado para uma futura escalada militar.

Embora o Ocidente, nomeadamente os Estados Unidos e os seus aliados, possam ter reconhecido a importância estratégica da Síria, não está a conseguir resistir à crescente influência de grupos como o HTS, que foi fundado em filiações da Al-Qaeda e do ISIS.

Continua PAG.

Administração Trump 47 poderá reconhecer o país mais novo do mundo

Somalilândia: um novo Estado africano



Por: Yinka Adegoke

A Somalilândia, uma região autónoma dentro da Somália, estará muito mais perto de ser reconhecida pelos Estados Unidos como o mais novo país do mundo quando Donald Trump regressar à Casa Branca em Janeiro.

O apoio à região tem crescido fortemente entre os líderes políticos republicanos EUA-África no Capitólio, nos grupos de reflexão de direita em Washington DC e nos prováveis conselheiros africanos da próxima Casa Branca de Trump. Muitas destas pessoas disseram à Semafor África que iriam encorajar Trump a reconhecer a Somalilândia “mesmo que não fosse no primeiro dia”.

O reconhecimento da Somalilândia poderá permitir aos serviços de informação dos EUA estabelecer operações a longo prazo para monitorizar o movimento de armas numa região volátil, bem como vigiar a actividade chinesa. A China já possui uma base militar permanente no vizinho Djibuti. Deverá permitir aos EUA monitorizar melhor a actividade de Houthi no Iémen.

No mês passado, o território realizou a sua sexta eleição bem-sucedida desde que recuperou a independência da Somália em 1991, trazendo o líder da oposição Abdirahman Mohamed Abdullahi ao cargo de presidente. Os republica-

nos e outros apoiantes foram encorajados pelos avanços democráticos da Somalilândia com um sistema de uma pessoa e um voto, mesmo quando a Somália, assolada por conflitos, luta para organizar quaisquer eleições.

Peter Pham, antigo enviado para África no primeiro mandato de Trump, disse que o processo democrático da Somalilândia “demonstrou a sua atractividade como parceiro dos Estados Unidos e de outros países”.

Os somalilandeses que falaram com a “Semafor Africa” a partir da capital Hargeisa logo após as eleições de 13 de Novembro disseram estar confiantes de que o regresso de Trump à Casa Branca aumentará as suas aspirações à independência. “Temos uma oportunidade de ouro para estarmos mais próximos, se não pelo reconhecimento total, mas por um envolvimento muito mais próximo com os EUA”, disse Bashir Goth, que chefia a missão da Somalilândia em Washington DC.

Desestabilizar ainda mais o Corno de África

Se Trump reconhecer a Somalilândia, será provavelmente perturbador para a região do Corno de África – que inclui a Somália, a Etiópia, o Djibuti e a Eritreia – dizem os observadores EUA-África, incluindo alguns que apoiam a ideia.

“Apoio o reconhecimento [da Somalilândia] porque eles provaram fundamentalmente que podem governar o seu próprio país e não há nenhum cenário plausível em que regressassem voluntariamente à Somália”, disse Joshua Merservey, analista do grupo de



Foto: AMISOM

reflexão do Instituto Hudson. Embora os líderes da Somália provavelmente ficassem descontentes com tal decisão, Merservey disse que não tinham feito o suficiente para que os EUA não priorizassem os seus próprios interesses na sub-região.

“Reconhecer a Somalilândia iria, sem dúvida, abalar o resto do Estado da Somália, desestabilizar ainda mais o Corno de África e suscitar uma forte repreensão por parte da União Africana”, defende Ken Opalo, professor de Ciência Política na Universidade de Georgetown.

A visão de Yinka

O apoio ao reconhecimento da Somalilândia por parte dos observadores africanos da direita dos EUA tem ostensivamente a ver com relações de longo prazo com os povos no território. Mas também se trata de interesses estratégicos militares e marítimos na região, bem como de combater a China. Em particular, o estreito de Bab-el Mandeb, no Golfo de Áden, entre o porto de Berbera, na Somalilândia, o Djibuti e o Iémen, é um “ponto de estrangulamento crítico do transporte marítimo” para a movimentação de mercadorias e produtos militares na sub-região.

Com base nas conversas

que tive com prováveis conselheiros de Trump, Hargeisa não deveria esperar uma viagem fácil com a Casa Branca de Trump. Como observámos anteriormente, esta será uma administração muito transaccional, que quererá ter a certeza de que receberá algo em troca de apoio oficial.

Perspectiva da Etiópia

A Etiópia já fez uma grande aposta na Somalilândia ao assinar um polémico acordo marítimo com o território. O segundo país mais populoso de África não tem litoral e está muito interessado em ter acesso ao porto de Berbera, na Somalilândia, para comércio e muito mais.

A posição do Primeiro-Ministro Abiy Ahmed em relação a Hargeisa provocou tensões diplomáticas com os líderes da Somália em Mogadíscio e

até alguns murmúrios de potencial conflito. Mas se Trump reconhecesse a Somalilândia, a aposta de Abiy poderia valer a pena.

Espaço para desacordo

Os republicanos são particularmente críticos da política dita “Uma Somália”, que foi apoiada pelo Departamento de Estado dos EUA durante a administração do Presidente Joe Biden. A política de base apoia a ideia de que a Somalilândia faz parte integrante da Somália. Michael Rubin, do American Enterprise Institute, defende que mesmo que os EUA não estejam prestes a reconhecer a Somalilândia, o Departamento de Estado deveria “regressar à política do passado e tratá-la de uma forma que seja paralela à sua abordagem a Taiwan”. (Semafor Africa)

*Yinka Adegoke é editor da Semafor Africa. Anteriormente, foi Editor de Iniciativas Estratégicas na revista online Rest of World. Foi igualmente editor-fundador da Quartz Africa e incluído na lista dos africanos mais influentes de 2018. Antes disso, foi editor adjunto da revista Billboard e correspondente de media/tecnologia na Reuters.



Foto: Yinka Adegoke/Semafor

Xadrez Geopolítico: a Intrusão no Médio Oriente (Continuação da PAG. 18)

A transformação do HTS de uma organização terrorista secreta numa força mais visível, protegida das operações antiterroristas dos EUA, implica que os EUA e os seus aliados permitiram que estas organizações desempenhassem um papel no enfraquecimento do regime de Assad para salvaguardar os interesses regionais de Israel. Além disso, um movimento tão agressivo é impossível sem

intervenção internacional, uma vez que países vizinhos como a Arábia Saudita e os Estados Unidos, bem como outros grupos de interesse emergentes – Rússia, Irão, Estados Unidos, Israel e Turquia – estão agora todos envolvidos.

É viável dividir a Síria em cinco secções, mas isso será difícil, uma vez que a união forçada destas cinco regiões

pode resultar em terrorismo e na formação de novas organizações terroristas. Finalmente, manobras militares e ligações diplomáticas para preservar os interesses de Israel na restrição do alcance do Irão ajudariam o Grande Israel a alcançar os seus objectivos. A situação actual na Síria é complexa. Embora persistam as preocupações sobre a dependência do governo em relação às potências externas,

a colaboração consistente entre a Arábia Saudita e a Turquia poderá potencialmente resolver os desafios.

O anterior governo, ao colocar o verniz do socialismo sobre o nacionalismo, manteve 80% da população representada por uma minoria de 20%. Vimos os resultados. A Rússia tem interesse em defender Bashar al-Assad contra as forças americanas no Médio

Oriente. (**Paradigm Shift**)

* Syed Salman Mehdi possui uma pós-graduação em Tecnologia de Software e um bacharelato em TI. Tem uma sólida experiência em investigação e redacção, especializando-se em questões geopolíticas e históricas. Além de escrever, tem experiência em informática, análise de sistemas e criação de conteúdos académicos

Artistas unem-se pela paz em Moçambique

Movimento em L.U.T.O e de Luta por #Moz

Mais de cinco dezenas de artistas de diversas áreas juntaram-se, no sábado (14), em Maputo, numa iniciativa denominada L.U.T.O por Moz. Numa ocupação temporária da Avenida 10 de Novembro, em marchas, pinturas, música, dança, street art e poesia, cruzando ousadia, engenho e criatividade, a classe artística apelou nesta manifestação pacífica e criativa ao diálogo e a cedências para o alcance da paz, que se rompe desde as eleições de 9 de Outubro.

Fotos: Hamilton Chambela



“O Movimento ‘L.U.T.O Por Moz’ é unificador, por isso agrega artistas independentemente da sua orientação política, religiosa ou étnica, desde que respeite o Manifesto. O Manifesto respeita os direitos humanos e constitucionais e repudia todo o tipo de violência contra cidadãos indefesos pelas autoridades. O movimento apela a tolerância e a Paz, contudo, tem consciência de que há um caminho a seguir e esse caminho é a JUSTIÇA. Justiça pelo assassinato de cidadãos indefesos”, escreveu na sua página do Facebook Stewart Sukuma, músico e um dos fundadores do grupo.

Usando o poder de criatividade e liberdade que só a arte permitem magnificar, o Movimento é de Luto efectivo, a cor da dor e de reverência aos mortos e tombados, contra as matanças que dilaceram o país nas matas e vilarejos de Cabo Delgado rural e nas ruas



e avenidas das urbes pelo país afora, nestes dias em riste da crise pós-eleitoral. Mas é de Luta também, uma Acção Afirmativa, conjugada na primeira pessoa do singular (entretanto colectiva) do tempo presente do indicativo do verbo “Lutar”: pela causa da igualdade e justiça social, do desenvolvimento inclusivo de uma Pátria Amada cujos dias sombrios não enevoam a mente, os corações e as almas destes artistas na penumbra da desesperança. É

uma Luta por um sol presente melhor e um futuro mais próspero por todos e para todos.

Marcado por uma bandeira completamente enlutada, o encontro do sábado passado, com diversas intervenções artísticas, foi o primeiro passo de um movimento que se quer contínuo para, no simbolismo próprio da arte, devolver as cores deste símbolo nacional.

Por isso, coloriram um panfleto no qual constam as assinaturas de artistas como Sónia Sultuane, Kloro, Regina dos Santos, Stewart Sukuma, Ídio Chichava, Yuck Miranda, Sérgio Zimba, K9, Sufaida Moyane, Maria Helena Pinto, Rosa Mário, Énia Lipanga, Mingas, Kátia Vanessa, Maimuna Adam, Samuel Djive e Rico Biosse, incluindo textos/extratos de trabalhos dos escritores Mélio Tinga, Natácha Socre, Eduardo Quive, Álvaro Taruma, Nelson Lineu e Lorna Zita, com ilustrações de Luís Santos, Psiconautah, Ventura Mulalene e Sérgio Zimba.

de uma educação precária, opressiva e partidária criando uma mentalidade submissa”, disse à “Carta”.

Stewart acredita que “os artistas têm o dever de se pronunciar contra as atrocidades perpetradas pelo sistema, como qualquer outro cidadão, mas com a vantagem de terem um público alvo maior”.

L.U.T.O. é um movimento da sociedade civil impulsionado pela Comunidade Cultural e criado com objectivo de Unir Moçambique numa única causa. Acredita-se que, com acções organizadas e concertadas, se consegue unir todos os actores da sociedade civil e atingir o objectivo. Acredita-se, igualmente, que é através da mudança que se consegue melhorar a governação do país (política, económica e social) e restabelecer a paz em Moçambique. **(Carta da Semana)**



Xixel Langa traz mais um desassossego ao AfroJazz



Depois da estreia discográfica com "Inside me", em 2017, a cantora Xixel Langa volta aos discos com "Vatekile", 2023, apostando no AfroJazz; e reforçando o seu repertório de autora, com quase 30 anos de carreira.

Texto: **Reinaldo Luís**

É mais um produto do desassossego, da pandemia, das nítidas memórias da escravatura, da exploração. Chama-se "Vatekile", o mesmo que "Levaram" em português, uma obra que promove a paz, o amor e o respeito. Mas "o que levaram? Levaram nossas terras, nossos princípios. Levaram nossos hábitos, nossos nomes. Levaram-nos a graça de viver. Levaram-nos os nossos antepassados, através da escravatura, de doenças. Vatekile, levaram e continuam a levar até hoje", diz Xixel à "Carta".

Essa tônica dá alma ao disco e traz outra atmosfera à música moçambicana. O primeiro cenário, imaginado, é o de perdas, de lágrimas, de dor. Há uma sugestão rítmica do rock e o blues, na sua fusão com o jazz, bem familiar aos nossos ouvidos, mas que depois se dilui num universo sonoro onírico, moçambicano, africano. O disco, diríamos, é, por isso, uma selecção de aforismos extraídos da nossa essência, enquanto seres desassossegados, maltratados. E é o que nos sugere a segunda música, cujo título é igualmente *Vatekile*.

Vimo-la cantá-la pela primeira vez, a 20 de setembro,

no Centro Cultural Franco Moçambicano, em Maputo, no concerto de TP50. Entrou num violento despertar e encheu sozinha o palco. A música, como afirma num post no Facebook o seu irmão mais velho, Dário Langa, é "muito rica e diversificada, moderna e com uma classe e características africanas muito bem representadas. Ela transcende barreiras étnicas e miscigena o Moçambique como um todo e transporta o jazz, o rock e o blues abraçando às raízes e enfatizando a essência de suas origens".

Esta letra não foi criada para estes tempos, mas não é por isso que a sentimos. Porque o som, aquele som que define a loucura artística de Xixel, orgânico e electrónico, máquina a bombear sangue, ecoa na perfeição nesta actualidade musical de fronteiras estéticas derrubadas. Ecoa de forma particularmente pungente, na sua intensidade e urgência, no seu desespero neurótico e grito libertador, neste presente que atravessamos. Que se registre: Xixel é um caso raro, então!

Um álbum que respira a espontaneidade

Um álbum surpreendente. Um disco solar, num país cinzento. Uma obra onde são perceptíveis a dor de perder um

pai, a dor de ser explorada e roubada, a dor da saudade, o amor à tradição, o sacrifício do trabalho para sustentar os (nossos) dependentes, abusando, num universo próprio, de elementos das mais diversas tipologias, como rock, jazz, bossa nova, psicadelismos, ambientalismo, africanismos, vários ou electrónicos, sobretudo com uma descontração imensa e imersiva. É coisa rara por estes lados: um disco simultaneamente bem executado e capaz de respirar espontaneidade e graça por todos os poros.

"Esta música traz o passado que nos conta o futuro. Vendo o que está a acontecer neste momento, tem muito a ver com o nosso passado. Isto é uma crise social, uma crise existencial. Já não sabemos quem somos, não sabemos de onde viemos e hoje estamos a trazer transtornos. Desvalorizarmos muito aquilo que somos para valorizarmos aquilo que não nos interessa, não nos trará ganho nenhum", explicou a artista.

A primeira canção, "B'ava", é paradigmática do que se ouvirá até ao fim, mas não faz jus ao título do álbum. Aliás, tenta. Aqui, Xixel exalta o seu pai, Hortêncio Langa, músico falecido em Abril de 2021 vítima da Covid-19. "Não tenho pai por

causa do Corona", diz repetidas vezes, às vezes alternando numa loucura em *scatsinging*. É dor que invade a música até explodir no mesmo refrão. "Foi muito difícil lembrar aqui o meu pai, mas ao mesmo tempo quis abraçar a todos que perderam os seus entes queridos nas mesmas circunstâncias. Foi igualmente uma forma de ter consolo na minha alma. Foi uma música que fiz entre choros. Chorei muito, mas foi bom".

A segunda música, *Vatekile*, começa liderada pelos instrumentos de cordas, vozes harmónicas, no comando e no coro, desenvolvendo-se sobre uma base rítmica vagamente inspirada no *fusion* e acaba por desembocar em dinamismos e acordes do AfroJazz, denso, dramático, dinâmico. Tudo feito na maior naturalidade, com espaço, tempo e harmonia. É uma viagem, das grandes, a mais intensa neste álbum.

"Miela Guwa", ou "Cala-te", em português, a sexta música, segue as mesmas trilhas sonoras. Existe qualquer coisa de profundamente elaborado e, simultaneamente, de intuitivo na construção desta música. O coro é extasiante e a artista, a líder, um fenómeno vocal. Em momentos mais próximos, os gritos brotam subtilmente, parecendo por vezes entulhados em cima uns dos outros, mas na verdade fluindo, organizados, livres e soltos.



Foto: Albino Mahumana

A nova música, "Ntumbuluku", assente em ritmos das percussões acústicas e com o chocalhar das maracas a navegar entre África e Moçambique, transforma-se numa deliciosa atmosfera do jazz. Há igualmente marcas de *scatsinging* – o fulcral da loucura de Xixel.

Este tema, como se depreende, foi criada com propósito funcional preciso: o de servir o desenrolar da aventura no álbum. Daí o nome que serve igualmente para ilustrar para o álbum: raízes. Sim, essas que

nos levaram.

Em 10 músicas, Xixel ousa, reinventa-se e assume a maturidade. "Neste álbum temos uma Xixel mais madura, porque no primeiro álbum, *Inside me*, estou mais para o jazz e o pop. Neste, *Vatekile*, descubro mais o meu lado Afro, e é mais AfroJazz. A tendência é melhorar e acho que foi bem conseguido. O *Vatekile* vem da alma".

Sente-se e respira-se, embora não seja em todas as músicas. Esse amadurecimento, contou, vem do seu percurso artístico com grandes mestres, incluindo o seu pai. Nos seus anos de estrada, entre 2006 e 2009, integrou vários projectos, a destacar a banda Tucan Tucan, do baterista moçambicano Frank Paco, a residir na vizinha África do Sul. Foi nesse período que teve a oportunidade de conhecer outra qualidade e exigência musicais.

Influências sul africanas vincam-se no álbum

Um *fait divers*: muito antes de cantar a solo, aos 19 anos, Xixel Langa ou Xisseve, como também é conhecida, trabalha na África do Sul com os Tucan Tucan e Manding Khan. Depois seguiram inúmeras colaborações, em Moçambique, com artistas como Jimmy Dlodlu, Stewart Sukuma, Ghorwane, Timbila Muzimba, Kapa Dech, Félix Moya e Roberto Isaías.

Além do canto, foi também bailarina. Mas prefere considerar um passado distante, embora essa arte lhe dê presença vibrante em palco nos dias de hoje. O centro da sua vida é o canto. É a música. Agora o AfroJazz. *Vatekile*, o álbum, foi gravado – em Joanesburgo, na África do Sul – olhando para essas dicotomias: a dança, o canto, mas principalmente as suas influências sul-africanas.

E argumenta: "gosto de gravar na África do Sul devido ao estilo de música que faço, o AfroJazz. O jazz é nosso, é dos antigos escravos, é dos pretos, é de África. E na África do Sul estudam isso. Eles são uma das referências culturais da nossa região. Eles estudam os ritmos africanos, o jazz em si. É essa mistura que preciso, da nossa africanidade e do jazz que é contemporâneo. Nós aqui ainda não temos. Na Faculdade de Música ainda se estuda o clássico europeu".

Em suma, *Vatekile* é uma obra de paradoxos, ousada do ponto de vista conceptual, mas exalando simplicidade.

“Palma(s)”, uma tríade síntese da vida e a morte

Dois livros, uma exposição e uma peça feita de restos, rastros, memórias, agonia, lágrimas. “Palma(s)”, uma tríade artística de Virgílio Sitole, cruza utopias e sintetiza a vida e a morte numa reflexão profunda entre as mãos que fazem e as que destroem.

Texto: Reinaldo Luís

Viver simplesmente da arte em Moçambique é, de per si, um processo de purificação. Um gesto de resistência. Um acto heróico, segredou-nos Virgílio Sitole. A verdade é que reflectir sobre o comportamento humano em relação à sua própria natureza, perturbações expostas na rua, nos livros, nos quadros e em palco, desrespeito à vida e aos limites da humanidade – em que vivemos a vários níveis – a partir da arte, no mínimo, transtorna ou transforma.

No ano em que celebra 50 anos de vida, 30 de carreira – e 10 anos depois de ter saído da Companhia Nacional de Canto e Dança (CNCD) e, por isso, sumido dos holofotes –, Virgílio Sitole regressa à ribalta para um diálogo entre ciência e arte, o ideal e o real, o cruel e o louvável... através de três expressões artísticas: dois livros, uma exposição de pintura e fotografia e uma peça – esta última que teve lugar na Fundação Fernando Leite Couto, no mês de Novembro.

Virgílio Ananias Sitole é bailarino profissional da CNCD desde 1996. Estudou técnica de dança contemporânea, análise do movimento, criação coreográfica e metodologia do ensino no Centro Nacional de Dança de Paris, França. É tido pela crítica como um dos expoentes entre os jovens na arte de representar, revelando-se nos últimos anos com coreografias tais como “Whanchani, Momentos – o Recital da Vida”, Utamaduni e Horizontes, trabalhos aclamados pelo público e pela crítica especializada.

Somos todos Palma(s) neste Moçambique multicultural

Carta da Semana (CS): Partimos de “Palma(s)”, a peça, e as suas múltiplas facetas. O que nos traz?

Virgílio Sitole (VS): Trago diversas reflexões, mas inspiradas no que ocorre em vários distritos da província de Cabo Delgado. Olho para “Palma” como o simbolismo desta peça. Isto é, o distrito de Palma que vive uma situação de insurgência. E se for a ver, o “Palma(s)” tem o “s” entre parênteses. O



primeiro é de Palma, o distrito, como simbolismo da peça, e palmas como as das mãos. Palmas que a natureza deu ao homem e que com elas faz o que bem entender. Isto é, são palmas que destroem, matam, pegam numa arma de fogo, arma branca ou outros instrumentos para sevir o outro, para matar o outro – o irmão.

Mas também são essas palmas que fazem o bem, são essas palmas que constroem, curam as pessoas que foram seviciadas, ou maltratadas por outras palmas. São essas palmas que enterram as pessoas que perderam a vida. A obra mostra os dois lados das palmas humanas. E o resultado dessas palmas pode ser simbolizado no que acontece em boa parte de vários distritos de Cabo Delgado.

Trago, nesta peça, reflexões para a busca de soluções para aquela província. Pensar sobre a dor dos outros, também porque o que acontece lá pode suceder no nosso quintal amanhã. Enquanto cada um de nós não fizer o que puder e olhar para a situação de Palma de forma alheada, todos seremos culpados. E amanhã, quando acordarmos e descobirmos que a guerra de Palma está agora a acontecer no nosso quintal, poderá ser tarde. Resumindo, “Palma(s)” busca trazer filosofias por trás das mãos, ou das palmas nos múltiplos processos de ser e de estar. Tenta trazer o simbolismo das metamorfoses que ocorrem no país.

E digo assim: todos somos palmas neste universo multicultural que é Moçambique.

CS: Seria, por isso, a continuidade narrativa de “Pontes Movediças em Palma(s)” inaugurada, antes, em exposição no BCI?

VS: Importa esclarecer, antes, que este espectáculo, “Palma(s)”, está enquadrado num projeto denominado “3.0 Arte Plus Mente – Filosofia dos Corpos” que engloba três pilares, a exposição, que foi exibida no BCI, em Agosto; o lançamento de dois livros e este espectáculo. 3.0 significa 30, dos meus anos de carreira como artista, em particular na área da dança. Por isso, a exposição “Pontes Movediças em Palma(s)” aborda o mesmo tema da peça. Os dois livros não abordam, necessariamente, sobre Palma, mas fazem a radiografia do contexto moçambicano nos últimos 30 anos – e que, olhando para a realidade atual, também se pode enquadrar na situação de Palma.

Dançar, cantar, rir no meio da guerra, ou a arte de (sobre)viver

CS: Como foi trabalhar esta temática em dois eixos artísticos, claro, sem ignorar os livros?

VS: Foi um desafio. Cresci num período de guerra dos 16 anos, vivendo no campo, então sei o que é uma guerra, sei o que é sofrer as consequências de uma guerra. Quando tive a oportunidade de visitar a pro-

víncia de Cabo Delgado e passar por vários sítios onde ocorre a insurgência, vieram-me à tona as memórias que vivi no período de guerra: deslocar-se de um sítio para o outro, não saber onde se esconder, a situação de acordar e ouvir que o vizinho ou vizinha da casa ao lado foi assassinado por uma bala, por esfaqueamento, ou pilada... A exposição traz diversas fotografias de crianças que vivem em extrema pobreza resultante dessas guerras, mas também das nossas acções como seres humanos, como moçambicanos, como pessoas que usam as mãos para destruir os outros, para matarem os outros. Quando estive lá, vi situação idêntica: crianças deslocadas, sem condições de vida; pessoas a fugirem dia e noite com trouxas à cabeça, sem saberem o que comerem, onde dormirem, o que seria do dia de amanhã. Trouxe essa experiência que tive quando criança, e no olhar que tive de Cabo Delgado, comecei a trabalhar. Por exemplo, na pintura, para além dos elementos que referi, trouxe a felicidade, porque apesar de aquelas pessoas estarem em apuros, têm seus momentos de alegria. Dançam, cantam, riem.

E na dança? Tive que fazer uma selecção de bailarinos que pudessem responder e corresponder àquilo que era a minha mensagem. O processo criativo exigia que, para o espectáculo, os bailarinos trouxessem cada mensagem, criação e improvisação. Que interpreta-

ção os bailarinos tinham com a imagem do Mapiko? Que interpretação os bailarinos tinham com a imagem de uma galinha degolada e deixada ali a estrebuchar? Que percepção tinham os bailarinos sobre esta mensagem? Como eles conseguem trazer para o palco? Enfim... é isso, um espectáculo multidisciplinar, com música, dança, poesia, vídeo, teatro. Um desafio. Foi muito difícil. Lembro-me que no dia do espectáculo abrimos um espaço para ouvirmos as sugestões e as opiniões do público, e registamos duas. A primeira é que o espectáculo, de tanto reflectir aquilo que são os desafios, as dificuldades que o povo moçambicano enfrenta, devia ser visto por muitas pessoas e em todo o país. E o outro elemento é de incorporar o multilinguismo. Ou seja, trazer outras expressões linguísticas para aquela pessoa que não entende a língua portuguesa poder entender nas outras línguas moçambicanas.

CS: Como encara estas sugestões, sobretudo no diz respeito à uma possível digressão. Há condições?

VS: Devo confessar que encarei as sugestões com muita felicidade, porque são sugestões de artistas. Ademais, toda a sugestão é sempre bem-vinda porque nos ajuda a ver o nosso trabalho do lado de quem está na plateia. Normalmente, nós estamos consumidos pela parte criativa, pela mensagem que pretendemos transmitir, e, às vezes, esquecemos esses detalhes. Quanto à incorporar outras línguas, infalivelmente, teremos de o fazer logo que retomarmos os ensaios. Sobre a digressão, infelizmente não temos condições financeiras para levar a peça à vários pontos do país. Se aparecerem algumas pessoas de boa vontade para nos ajudarem, agradecemos. Estamos abertos para levarmos este espectáculo para o país, numa primeira fase, e quiçá para o mundo. Mas também podemos exibi-lo numa temporada, numa sala, seja em Maputo, ou onde for.

CS: Disse, numa entrevista, que os trabalhos são resultados da recolha de dados, da vivência que teve em Cabo Delgado. Falamos de quatro anos no terreno? →

← VS: São resultados de vários anos, mas foram se intensificando nos últimos. A minha estadia em Cabo Delgado não foi por interruptos quatro anos. O tema do sofrimento, das dificuldades sociais é resultado de vários anos de experiência como artista, como moçambicano, como alguém que passou por situações de guerra. Falo de alguém que experimentou situações de extrema pobreza, nas quais tínhamos de formar filas para ter comida, tínhamos de viver só de repolho, de farinha de tapioca e outros elementos.

CS: Os dois livros, inseridos nesta retrospectiva da sua caminhada, trazem outro lado deste Moçambique nos últimos anos. Encontrámo-nos, de novo, numa narrativa sombria, de guerra, fome ou nem tanto?

VS: Diria que sim, em parte. Trazem esta retrospectiva da caminhada do país nos últimos anos, obviamente, na minha perspectiva. São livros que retratam um pouco Moçambique e um pouco as minhas vivências neste Moçambique. Prefiro que as pessoas adquiram e leiam para melhor conversarmos. São obras que podem suscitar melhores debates interessantes na perspectiva do que foi e o que é Moçambique nesses últimos anos. Provavelmente, no final, vamos perceber que todos temos uma cota-parte de culpa pela situação que o país se encontra, tanto a nível político, social, cultural e económico. Encontramos, igualmente, estas várias narrativas, como a guerra, a fome e os assassinatos. Num dos livros, isto é apresentado numa perspectiva do poder da masculinidade sobre as mulheres e vários elementos. Penso que é continuidade ou é uma parte desses elementos, mas há uma ligação do tema palma. Há também uma interligação entre a exposição, os livros e o espectáculo. Quem viu a exposição, seria interessante que visse a peça e lesse os livros. E vice-versa.

A dança e a perspectiva da liberdade

CS: Falou, em Outubro último, no Seminário de História(s) de Dança(s) sobre “Sonoridades Corporais: Diálogos teórico-práticos no ensino da Dança em Moçambique”, no Brasil. Como avalia a educação da dança no país?

VS: Podemos olhar para essa pergunta em três perspectivas: A educação da dança em Moçambique nas escolas públicas,

no ensino superior e a dança nas comunidades. Em relação à educação da dança no ensino público – do pré-primário até ao ensino médio –, infelizmente não se faz sentir, e isso faz com que as crianças, ao crescerem, tenham défice de conhecimento cultural sobre as várias manifestações que o país tem. Porque não é ensinado à nível da base. Idem para o ensino médio. Temos a Escola Nacional de Dança que, hoje, é o que é, por várias razões, mas precisa ser reformulado, principalmente o seu currículo. Isso irá permitir que a educação da dança no ensino superior – agora lecionada em três escolas superiores, o ISARC, a UP e a ECA – tenham o suporte. A verdade é que, neste momento, as pessoas que vão para o ensino de dança, no superior, muitas delas não o tiveram na base. E isso nota-se nas deficiências que muitos têm. Então, há necessidade de se reformular o currículo da Escola Nacional de Dança para que esteja preparada para alimentar as universidades. Mas também temos o outro lado – este que vinca mais: o ensino da dança ao nível de grupos culturais. Não há aqui uma educação formal, mas são esses que depois conseguem ingressar no ensino superior com alguma bagagem. Há, sim, um esforço que é notável, de bailarinos que saem da formação de dança com conhecimentos elevados, mas também é necessário investirmos mais na área. Outro problema é que estas instituições só existem em Maputo. Maputo não é Moçambique. Precisamos de levar estas instituições para pelo menos outras duas regiões: centro e norte do país.

Todavia, não podemos descurar da crítica, da academia, no seu verdadeiro sentido. Devemos começar a trazer estes pensamentos através da escrita. Precisamos debater ideias escrevendo. Isso, sinto que falta. Há um trabalho que está a ser bem feito pelo ARPAC, mas nós que estamos na academia, nós que somos professores das artes, precisamos continuar a fazer esse trabalho de extensão da crítica artística, do estudo de alguns trabalhos que são sempre trazidos.

CS: Como olha para o pós-formação na dança? O funcionamento do mercado. Como é ser bailarino, coreógrafo, em Moçambique?

VS: Por aquilo que tenho acompanhado, dos profissionais que já têm formação superior, há vários desafios, porque não tem instituições que

os absorve, salve aqueles que fizeram os cursos já enquadrados em instituições públicas e privadas. Conheço muitos jovens que terminaram a licenciatura e não têm tido um enquadramento fácil. Eles vão investindo em workshops, formações, criações com outros coreógrafos, mas sempre em trabalhos a prazo. É um desafio no qual alguns conseguem sobressair, mas não todos. Alguns vão sobrevivendo na base de alguns trabalhos que vão saindo. Penso que é também um desafio para o país, para as instituições públicas e privadas.

30 anos entre a dança, a literatura e a fotografia

CS: 30 anos de carreira, três livros lançados, muitos bailados e uma exposição de fotografia. Como olha para esse percurso?

VS: São de facto 30 anos de vários desafios. Mas também podemos incluir aqui as artes plásticas. É muito trabalho, muito sacrifício, muito esforço, muita dedicação. E isto me deixa feliz porque faço por amor. Decidi, há 10 anos, sair da Companhia Nacional de Canto e Dança e desligar-me das artes, no sentido de ser artista efectivo, e dedicar-me à outras áreas. Mas a arte sempre esteve em mim e fui fazendo muitas coisas no meu silêncio. Depois desse tempo, decidi voltar para celebrar esses 30 anos. São 30 anos de muita aprendizagem, de partilha de experiências com professores, coreógrafos, bailarinos, fotógrafos, de visitas a galerias, leituras sobre a dança, fotografias, artes plásticas.

Actualmente, quando olho para este percurso, digo para mim mesmo que não preciso esperar pelo reconhecimento de quem quer que seja, porque só eu sei o quão é difícil ir atrás de um financiamento, o quão é difícil sentar e desenhar um projecto, o quão é difícil escrever uma sinopse, o quão é difícil buscar bailarinos sem dinheiro e ter que tirar do próprio bolso para agradecê-los pela participação. Mas sinto-me feliz, também porque, coincidentemente, celebro 30 anos de carreira e 50 de vida. Devemos continuar assim: a trabalhar sem esperar por homenagens, pelo reconhecimento de quem quer que seja. O importante é o reconhecimento do público, porque este surge do consumo do que fazemos. É um caminho bom, mas sinuoso, principalmente porque não é fácil viver da dança em Moçambique. Alguns conseguem, e digo que são heróis.

Já não há marisco em Miludzi



Por: Alexandre Chaúque

Chegamos à ponta de Guilaleni, no arquipélago de Mucucune onde o feitiço ressurgia em todas as noites de corujas, e a indescritível beleza da paisagem desabrochou por completo enchendo-nos os olhos e o espírito. Era como se tivéssemos acabado de chegar ao próprio paraíso, com barcos à vela estendidos pelo mar desde Linga-Linga, passando por Móngwè até Chicuque e Maxixe, terminando no fim do horizonte que será Nhapossa, cuja expressão máxima está numa zona marítima que se ensoberbece chamada Potani. Então todo este maná não pode ser real. É um sonho.

O nosso destino é a península de Miludzi, lugar onde o silêncio remete-nos aos pensamentos mais profundos, sobretudo nas noites e nas madrugadas quando as mulheres, voltando da pesca de arrasto de camarão, tagarelam balelas e riem-se a bandeiras despregadas sem que nenhum outro som, a não ser o dos últimos pirilampos em recolha, interrompa a melodia sincera do riso.

Viajamos num barco à vela baptizado “Nhalégwè”, conduzido por um marinheiro conhecedor dos ventos que sopram de várias direcções e de outros ventos que não se saberá onde nascem. Na verdade ele é um barómetro que vai rivalizar com os cientistas formados em grandes universidades, e a escola dele é o próprio mar. É por isso que nos avisou com segurança, inesperadamente, enquanto contemplávamos a exuberância de toda esta plenitude, wunguta ronga (vem aí o vento norte)!

Saimos da ponte de Inhambane – um património inestimável da cidade – por volta das sete da manhã e, quarenta minutos depois, já estávamos em Guilaleni, um lugar há muito sonhado, e que agora quase o beijo de perto.

Sinto um impulso dentro de mim que me impele a dizer alguma coisa ao marinheiro, a começar talvez por uma pergunta, nem que seja estúpida.

- Você é marinheiro de que zona?

- Sou irmão de Mangoba, teu amigo, você não se lembra de mim?

Compenetrei-me nele, na sua fisionomia, no timbre da voz, e na capacidade de abstracção que tem demonstrado desde que começamos a nossa viagem antes inacreditável. Ele tem de facto o sangue de Mangoba, o seu estilo cambaio.

- Já estou a lembrar-me de você!

- Então!

Agora estamos entre Linga-Linga e Móngwè, daqui a pouco chegaremos a Miludzi, onde ninguém me aguarda, onde ninguém, provavelmente, me conhece, mas eu vou! Da mesma forma que já fui a muitos lugares sem que ninguém me aguardasse. É o nome da terra que me move, e as suas histórias de fartura de marisco!

Mas os tempos mudaram. Muito. Lembrei-me, quando cheguei, das perfurantes palavras de Momad Wa Simbo, “Deus diminuiu as benções em Mucucune”.

Em Miludzi também, já não há peixe como antigamente, nem lula, nem camarão, nem nada!

Tensão geopolítica pós-eleitoral em Moçambique: Sinais exteriores de alarme, exército em alerta máximo

Foto: Rádio Moçambique



Foto: Jornal Notícias

Uma notícia domingo passado do semanário dominical de Joanesburgo “City Press” reza assim: “Oficiais americanos de inteligência estiveram na África do Sul na semana passada para discutir a situação em Moçambique com seus colegas daquele país (...) Uma enorme aeronave C-17 Globemaster da Força Aérea dos EUA causou comoção em Lowveld quando aterrou na semana passada no Aeroporto Internacional Kruger Mpumalanga.

De acordo com fontes da publicação ‘Rapport’, oficiais dos EUA realizaram várias reuniões com o Comité Nacional sul-africano de Coordenação de Inteligência (Nicoc) (...) Ao mesmo tempo, um Airbus A400M da Força Aérea Real do Reino Unido aterrou em Gaborone, Botswana, na última sexta-feira (13). O indicativo de chamada desta aeronave mostra um voo operacional de emergência. De acordo com fontes da aviação, várias reuniões foram realizadas no aeroporto de Lanseria nos últimos dias para discutir a possível evacuação de emergência de várias embaixadas e estrangeiros em Moçambique”.

Ainda no domingo passado,

15 de Dezembro, foi noticiado que o Reino Unido avisou os seus cidadãos para evitarem viajar para Moçambique. Registe-se, pois, este alerta. Por outro lado, a colocação de meios de evacuação nas proximidades de um país com uma escalada de violência pós-eleitoral é um indicador de que a situação tende a agravar-se.

Por outro lado, nesta semana, as autoridades sul-africanas lançaram a um alerta de precaução dos seus cidadãos relativamente à entrada em Moçambique através de Ressano Garcia, sugerindo outros postos fronteiriços no Sul.

Exército moçambicano está sob alerta máximo

De fontes seguras, “Carta” sabe que o exército moçambicano está sob alerta máximo. Fontes da inteligência militar suspeitam que, nos últimos dias, poderá ter havido entrada de armas e munições através da fronteira de Ressano Garcia. De facto, na quarta-feira, 11, da semana passada, dezenas de carrinhas com carga pesada entraram em Moçambique sem passarem por qualquer procedimento de fiscalização, aproveitando-se da “moratória fiscal” “decretada” por VM7 a

partir do seu desconhecido lugar de asilo.

Houve quem assumisse que eram transportadores de “frescos”, mas nem todos. Depois que VM7 sugeriu, na sua “live” desse dia, a imposição de uma “moratória fiscal” para as “mamas” do comércio informal transfronteiriço, quase que obrigando a que Estado se demitisse de suas funções soberanas no comércio internacional em Ressano Garcia, com efeitos nefastos não só para o fisco mas também uma janela de oportunidade para o contrabando e outras traficâncias, as Forças de Defesa e Segurança decidiram agir e impor ordem.

No dia seguinte, quinta-feira, 12, por suspeitas de que algumas viaturas poderiam transportar carga de contrabando, drogas ou até armas, as FDS reforçaram sua presença em Ressano, reprimindo os manifestantes com tiros e gás lacrimogéneo, demovendo a entrada ilegal de viaturas e permitindo o fluxo dos camiões com ferro e crómio para o Porto de Maputo.

“Shottas” e a matança de Ressano

Por volta das 18 horas, Res-

sano Garcia esteve a ferro e fogo, os os tiros à queimadura das FDS praticamente assassinaram em directo um jovem blogueiro, de nome Albino José Sibia, mais conhecido por “Shottas”, quando transmitia, na sua página do Facebook, a confrontação entre manifestantes e os policiais militares.

Na sexta-feira, 13, dezenas de viaturas militares entraram em Maputo, também por via da mesma fronteira, por caminho de ferro. “Carta” soube que essas viaturas militares chegaram do Burundi e a encomenda não é recente.

No sábado, 14, enquanto a edição número 16 de “Carta da Semana” era distribuída, as balas das FDS reclamavam mais quatro vítimas fatais, desta vez com requintes de matança, em pleno funeral de “Shottas” (corruptela jamaicana da expressão *shooters* em ingles, que quer dizer atiradores). As forças policiais militares invadiram, ao meio da tarde de sábado, o cemitério de Ressano Garcia e começaram a lançar gás lacrimogéneo, causando caos e terror aos presentes, incluindo a família de “Shottas”.

O terror policial começou por volta das 14h00 e só terminou por volta das 21h00, após as FDS perseguirem casa-a-casa e ferirem pelo menos dez das dezenas de populares, parte deles manifestantes de quinta à noite e a maioria amigos, familiares e conhecidos do malgrado “Shottas” que durante o enterro entoaram gritos de guerra e de juras de que a luta continua(ria).

Este ambiente de cortar à faca contrasta em 360 graus com a convivência pacífica nos dias de protestos convocados por Venâncio Mondlane em finais de Outubro e princípios de Novembro, quando a população de Ressano Garcia andava de “mãos dadas” com as FDS.

Estamos perante sinais de alerta que apontam para o dia (?) do anúncio do Acórdão do Conselho Constitucional sobre resultados das eleições de Outubro como um dia de eventual violência exacerbada. Parece claro que o campo de Venâncio Mondlane, em caso de o CC confirmar que ele não ganhou, está predisposto a elevar a voz do seu protesto. Para VM7, “derrota” é uma palavra desusada. **(Marcelo Mosse/Carta da Semana)**

Pelo menos 29 mortos por cólera no norte do país desde outubro

Pelo menos 29 pessoas morreram desde outubro devido a cólera na província moçambicana de Nampula, no norte do país, indicam dados das autoridades de saúde no país. De acordo com o mais recente relatório sobre a progressão da doença, a província de Nampula registou o acumulado de 302 casos, com 29 mortes desde 17 outubro, sendo a única província do país com casos ativos da doença.

Segundo as autoridades de saúde, actualmente a taxa de letalidade da doença na província é de 9,6%, com 25 óbi-



Foto: Santos Vilanculos/AIM

tos registados nas comunidades e os outros quatro em hospitais. A província, com

surtos activos no distrito de Mogovolas, registou os últimos óbitos no domingo, com

oito mortes na comunidade de Namarata.

No total, nas últimas duas semanas de novembro pelo menos quatro pessoas morreram vítimas de cólera naquele distrito de Mogovolas, avançou à comunicação social a direcção de saúde local. Desde a eclosão da cólera no distrito foram contabilizados 161 casos cumulativos da doença, avançou o diretor provincial da saúde de Nampula, Fernando Mitano.

“Esta tem sido uma grande preocupação para nós, por-

que estamos numa época chuvosa e neste momento a situação em Mogovolas está circunscrita exatamente naquelas comunidades da vila de Nametil”, disse o diretor provincial da saúde.

O último relatório sobre a progressão da doença no país elaborado pelo Ministério da Saúde é de dados até julho, e desde 01 de outubro de 2023, início do atual surto, dando conta de um acumulado de 16.506 infectados e 38 mortos, com uma taxa de letalidade que se mantém em 0,2%, em todo o país. **(Lusa)**

Chapo já se assume próximo Chefe de Estado

Uma nota interna da Frelimo de “Exortação” aos “Camaradas Primeiros Secretários dos Comités Provinciais e da Cidade de Maputo” emitida na quinta-feira, 19 de Novembro, pelo Gabinete do Secretário-Geral, Daniel Chapo, evidencia que o candidato do partido no poder já está em posse de informação ou pelo menos se revela dopado de convicção que vai ser declarado pelo Conselho Constitucional vencedor e próximo inquilino da Ponta Vermelha, a residência oficial do chefe de Estado moçambicano.

“(…) Agradecimentos aos militantes e simpatizantes do partido, bem como a todos os eleitores, no geral, pela confiança depositada na Frelimo e seu presidente eleito, demonstrada pela vitória expressiva e convincente alcançada”, pode ler-se na nota que circula massivamente pelo WhatsApp, assinada por Daniel Chapo, na qualidade de secretário-geral do partido no poder.

Assumindo-se deliberadamente como Chefe de Estado,



Chapo assinala, na referida na nota, que está ciente dos desafios do quinquénio 2025-2029 – período do mandato do próximo Presidente da República, igualmente chefe do Governo -, apontando para o cumprimento das promessas contidas no manifesto eleitoral que divulgou durante a campanha para as eleições gerais de 09 de Outubro.

“A nossa vitória nas eleições

de 09 de Outubro é fruto de árduo trabalho dos militantes e simpatizantes do partido ao longo dos 45 dias da campanha eleitoral, que não pouparam esforços na divulgação do manifesto eleitoral da Frelimo, bem como do compromisso do candidato presidencial junto do eleitorado”, avança-se na nota.

O comunicado aponta à necessidade de vigilância popu-

lar “face aos actos de vandalismo perpetrados por alguns apoiantes de alguns candidatos derrotados nas eleições gerais e provinciais de 09 de Outubro”. A nota considera ilícitas e violentas as manifestações contra os resultados das eleições gerais, exortando ao distanciamento desses actos, sobretudo por parte da juventude.

O comunicado do secretário-geral e candidato presidencial da Frelimo assinala que o Conselho Constitucional tem como data-limite o próximo dia 23, segunda-feira, para a validação e proclamação dos resultados das eleições gerais.

Nesse sentido, todos os órgãos do partido e todas as organizações sociais do partido vão promover “escutas coletivas” nas capitais provinciais e distritais, cidades, comités de zona e de círculo, com a participação de militantes e simpatizantes da Frelimo. “As marchas festivas de saudação da nossa vitória devem culminar com a realização de comícios populares abrilhantados pelos

músicos e grupos culturais locais”, nota-se no texto.

Essas manifestações devem saudar a vitória “expressiva e convivente alcançada” pela “confiança depositada na Frelimo e seu Presidente da República eleito”, diz ainda o comunicado.

O partido no poder salienta ainda que a aludida vitória é fruto de trabalho árduo atingido ao longo de 49 anos de governação e de 45 dias de campanha das últimas eleições gerais.

No contexto moçambicano, não seria estranho que o candidato presidencial da Frelimo tivesse em poder o acórdão que será lido pelo Conselho Constitucional na próxima segunda-feira, tendo em conta que este órgão tem declaradamente uma configuração política, dado que tem lá juízes-conselheiros designados por partidos políticos com representação parlamentar, numa Assembleia da República dominada pela Frelimo. **(Carta da Semana)**

Receio de surto de doenças alarmas locais afectados pelo Ciclone Chido

O ciclone tropical Chido passou por Moçambique há cerca de dez (10) dias, mas as marcas de destruição continuam muito visíveis, como se tivesse acontecido há 24 horas. Os dados das autoridades apontam para cerca de 80 pessoas mortas, 600 feridos, 181.554 desalojados, 12.276 casas destruídas e outras infra-estruturas públicas e privadas afectadas, nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa.

O cenário acima descrito é mais notável em Cabo Delgado, a província mais afectada pelo ciclone. Só nesta província, por exemplo, houve, até quinta-feira, 19, registo de 66 mortos, dos quais 63 nas comunidades e 3 a nível de unidades sanitárias, sobretudo nos distritos de Pemba, Mecúfi, Metuge, Chiúre e Ancuabe. A situação é desoladora, pois milhares de pessoas desalojadas estão expostas a condições adversas de sobrevivência, com destaque para a escassez de água potável e degradação do sistema de saneamento do meio, além de falta de alimentos saudáveis.

Este cenário faz soar o alarme sobre o risco de eclosão de doenças causadas pelos

impactos adversos do ciclone tropical Chido. Aliás, esse receio aumenta pelo facto de mais de 50 unidades sanitárias terem sido destruídas pelo ciclone nas províncias em referência, o que concorre para a privação de assistência médica a milhares de necessitados.



Preocupado com a situação, o Ministério da Saúde (MISAU) mobilizou uma equipa liderada pelo Director Nacional de Saúde Pública, Quinhas Fernandes, para avaliar o nível de necessidade de intervenção do sector da saúde. Dadas as circunstâncias, segundo soube o Observatório Cidadão para a Saúde, a prioridade é o restabelecimento dos serviços de saúde nas zonas afectadas e implementação de medidas de vigilância e controlo para prevenir surgimento de doenças hídricas.

Apesar da situação dramática de sobrevivência, actualmente, não há indicação de qualquer suspeita de casos de doenças hídricas, segundo revelou o Médico-chefe provincial de Cabo Delgado, Edson Fernando, durante entrevista ao “Observatório Cidadão para a Saúde” (OCS).

Mesmo reconhecendo o impacto negativo da destruição de infra-estruturas de saúde, o médico-chefe de Cabo Delgado garantiu que a província tem condições para responder à eventualidade de eclosão de doenças que possam surgir dos efeitos do ciclone.

“Reforçamos as nossas equipas de vigilância que estão a intensificar medidas de controlo de doenças. Estamos a fazer trabalhos de pulverização e distribuição de redes mosquiteiras contra malária e imple-

mentação de medidas contra a cólera”, referiu o Médico-chefe provincial de Cabo Delgado, Edson Fernando.

UNICEF preocupada com vulnerabilidade de crianças

Milhares de crianças estão entre as pessoas afectadas pelo ciclone tropical Chido e fazem parte dos grupos vulneráveis à contaminação por doenças, devido à fragilidade do seu estado de saúde. Foi neste contexto que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) mobilizou-se para prestar apoio diversificado a 90.000 crianças afectadas pelo ciclone Chido em Moçambique. Entre os beneficiados está Albertina Momade, 44 anos, mãe de 4 filhos, que viu sua casa desabar durante a passagem do ciclone Chido no distrito de Mecufi, na província de Cabo Delgado. O apoio do UNICEF é constituído por kits de assistência humanitária que incluem kits de higiene e saneamento, medicamentos essenciais, entre outros.

Preocupado com o cenário das zonas afectadas pelo ciclone tropical Chido, o Chefe de Advocacia, Comunicação e Parcerias da UNICEF em Mo-

çambique, Guy Taylor, alerta sobre o risco iminente de eclosão de doenças hídricas devido a estagnação da água da chuva resultante do ciclone. “Estamos preocupados com o potencial de propagação de doenças transmitidas pela água, como cólera, malária, diarreias, que são algumas das principais causas de morte de crianças”, segundo revelou Guy Taylor.

Dados do Inquérito Demográfico e de Saúde (2022–23), obtidos pelo OCS, apontam que as taxas de mortalidade infantil e infanto-juvenil em Moçambique são de 39 e 60 mortes por 1 000 nados vivos, respetivamente, para o período de cinco anos anterior ao inquérito.

A taxa de mortalidade neonatal é de 24 mortes por 1.000 nascidos vivos. Com estes níveis de mortalidade, 1 em cada 17 crianças em Moçambique não sobrevive até ao seu quinto aniversário. As taxas de mortalidade na infância têm vindo a diminuir ao longo do tempo. Desde 1997, a mortalidade infanto-juvenil diminuiu de 201 mortes por 1.000 nascidos vivos para 60. **(Observatório Cidadão para a Saúde)**

Moçambique, uma revolução sem revolucionários



Texto: Michel Cahen*

Há um processo revolucionário em curso em Moçambique. “PREC” (Processo revolucionário em curso) foi a sigla usada em 1974-1975 para designar a radicalização da Revolução dos Cravos, cujo 50º aniversário é comemorado no presente ano. O contexto é totalmente diferente, excepto num ponto: em ambos os casos, ninguém imaginava o que iria acontecer, ou seja, que um evento reconhecidamente importante (em 1974 em Portugal, um golpe de Estado militar; hoje, em Moçambique, eleições mais uma vez fraudulentas) provocaria um processo revolucionário. Mas a eleição de Trump e agora a queda do abominável regime de Assad na Síria silenciaram completamente a crise neste país da África Oriental, desde 20 de Outubro.

Na verdade, não é apenas mais um protesto contra eleições fraudulentas, como acontece frequentemente em África. Aparentemente, tudo começou a partir daí, é claro. As eleições de 9 de Outubro de 2024 foram, na opinião dos observadores internacionais, descaradamente fraudadas. O governo concedeu a si próprio um resultado (mais de 70% dos votos) em que ninguém acredita e que apresenta disparidades numéricas que a Comissão Nacional de Eleições (CNE), inclusive, se declarou incapaz de explicar, o que não a impediu de reconhecer a sua validade. A fraude é comum em Moçambique, especialmente desde as eleições de 1999 que muito provavelmente a oposição já tinha ganho – mas a comunidade internacional ficou aliviada por a Frelimo ter permanecido no poder. Um partido ex-marxis-

ta-leninista, um partido experiente nas relações com a comunidade internacional e um bom gestor da viragem neoliberal. Em 2004, 2009, 2014 e 2019, a fraude repetiu-se (com mudança de modalidades) a tal ponto que as regiões mais tradicionalmente favoráveis à oposição viram a sua taxa de abstenção recrudescer: que sentido teria o acto de votar? Em 2024, mais de metade dos moçambicanos não foi votar (mesmo tendo em conta o facto de alguns terem votado sem conhecerem os procedimentos e a favor de eleitores inexistentes). Tais regiões também foram as menos enumeradas (as máquinas apresentaram sempre avarias), a fim de reduzir o número de eleitores, enquanto, por outro lado, este último revelava uma cifra de 130% dos habitantes da fiel província de Gaza. Então, porque as eleições de 2024 são diferentes? Existem, pelo menos, dois conjuntos de razões que podem ser apresentadas.

Uma mudança de período

Em primeiro lugar, a população moçambicana é extremamente jovem, mais de metade dos habitantes tem menos de quinze anos e, por isso, a maioria dos eleitores não viveu a guerra civil (1976-1992). Os efeitos desta mudança demográfica começaram a ser sentidos em 2013, quando a oposição, se não fosse por um apagão atempado no momento da contagem dos votos, venceu as eleições autárquicas em Maputo e Matola, as duas principais cidades do sul, o coração histórico da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo, partido que liderou a guerrilha anticolonial de 1964 a 1974): os novos eleitores das duas referidas cidades agora podiam votar no partido que

emergiu da rebelião pró-sul-africana, a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), o que teria sido impensável na época dos seus pais. O ponto de viragem aprofundou-se a partir daí: os partidos que emergiram do período pós-colonial (ou seja, o período “marxista-leninista” de 1975 a 1989, a guerra civil de 1976 a 1992, o período neoliberal pós-guerra civil durante o qual os dois partidos que dela emergiram mantiveram o sistema bipartidário moçambicano, 1994-2019) foram progressivamente mais contestados.

Este quadro ilustrou uma mudança no período histórico, o fim do período pós-colonial, sendo que a memória da guerra civil não se revelou mais estruturante para a vida política do país. No entanto, a Renamo quase conseguiu tornar-se o instrumento da contestação



“pós-pós-colonial” do poder: depois de retomar uma guerra de guerrilha de baixa intensidade em 2012-2016, duplicou o número dos seus votos e deputados em 2014. Mas o seu líder indiscutível, Afonso Dhlakama, morreu no mato da Gorongosa, a partir de onde tinha

estado a liderar operações, em Maio de 2018, tendo sido substituído por um general pouco expressivo que vivia na cidade há mais de vinte anos. A fraude nas eleições gerais de 2019 foi massiva (censo tendencioso, pressão máxima sobre os eleitores, expulsão de observadores, assassinatos, recusa de todos os recursos apresentados, etc.). Ainda assim, a Renamo continuou a ser o principal partido da oposição, e o seu candidato às eleições autárquicas na capital, Venâncio Mondlane, voltou a ser o vencedor em 2023. As eleições municipais do país foram alvo de fraudes óbvias, mas mereceram a aprovação da Comissão Eleitoral, excepto em quatro municípios. A mensagem subjacente indicava que no ano seguinte (em 2024), os comités locais da Frelimo poderiam ‘ir em frente’, pois não se tratava sequer de esconder a fraude,

mas de deixar claro para todos que as eleições serviram para manter a Frelimo – que proclamou a independência do país em 1975 – no poder. Para as 150 famílias que são “donas” do Estado há cinquenta anos e passaram de burocratas “marxistas” a empresários, era to-

talmente impensável perder as eleições. Mas relativamente à massa de novos eleitores, a Frelimo já não era aquela que tinha conquistado a independência, construído escolas, hospitais, electrificado parte do país e resistido a uma guerra de guerrilha apoiada pelo *apartheid*.

Como resultado – o segundo conjunto de razões – a Frelimo tornou-se uma elite insolente e rica, especialmente desde a descoberta de enormes depósitos de gás no norte, a abertura de minas de carvão a céu aberto (ultra-poluente por quilómetros de distância), minas de pedras preciosas (das quais os garimpeiros artesanais foram brutalmente expulsos para concedê-las a *joint ventures* dominadas por empresas estrangeiras) ou areias betuminosas. Todas as circunstâncias fizeram com que a elite vivesse por meio de comissões e serviços que só beneficiavam as sociedades das pessoas no poder, com enormes escândalos de corrupção. Em suma, um poder que é paulatinamente mais sentido como um autêntico enclave dentro do país.

A revolução em curso não é, portanto, apenas democrática – um protesto contra a fraude institucionalizada – tem uma profunda motivação social. Não são os *slogans* que se tornam os mais frequentemente apreçados ou escritos em cartazes “O povo no poder”, “Revolução”, “Queremos a independência do colono negro” (no sentido de “fora com os novos colonos negros”). Mas como chegamos aqui?

A transição falhada da Renamo

A Renamo não tem logrado acompanhar a evolução sociodemográfica da sua base. Enquanto o seu eleitorado era paulatinamente mais massivo nas cidades →

← do sul – historicamente estabelecido principalmente nas cidades do norte e no campo – recusou-se a apresentar novos líderes urbanos e educados, renomeando os velhos soldados guerrilheiros. Assim, quando Venâncio Mondlane, engenheiro, conhecido por ter sido um ex-analista de rádio e televisão com um tom persuasivo, originário do sul como a maioria da elite da Frelimo, um evangelista, coroado com os seus sucessos autárquicos em 2013 e 2023 – tinha sido impedido de concorrer em 2018 – quis ser o candidato presidencial da Renamo (sem ser necessariamente o presidente do partido), ele foi impedido de participar do congresso de Abril de 2024 que reelegeu o presidente do partido, general Ossufo Momade, como candidato presidencial. Mondlane concorreu então como candidato independente e obteve o apoio de um pequeno partido que emergiu de uma modesta cisão na Frelimo, o Podemos (“Nós Podemos”, Partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique). De modo célere, tornou-se evidente que o novo eleitorado da Renamo que tinha surgido a partir de 2013 – na verdade mais “anti-Frelimo” do que “pró-Renamo” – e que afluiria aos seus comícios em todo o país, estava rapidamente a tender para esta nova geração de empresários políticos. Nas eleições autárquicas de 2023, organizou, sem o acordo do seu partido, desfiles na capital para celebrar a sua vitória antes de a Comissão Eleitoral proclamar vencedor o candidato da Frelimo, o que significa que não se mostrou favorável à submissão das suas queixas a órgãos de recurso totalmente controlados pelo governo. Fez o mesmo nas eleições gerais (provinciais, legislativas e presidenciais) de Outubro de 2024, estabelecendo uma contagem paralela com computadores e pessoas competentes – algo que a Renamo nunca tinha conseguido fazer. Ainda antes do anúncio oficial dos resultados, anunciou, com as actas das assembleias de voto em mãos, a sua vitória por mais de 60% dos votos em todo o país (excepto, provavelmente, na Zambézia, onde a oposição tradicional teria vencido). E apelou à população moçambicana para fazer valer tal resultado. A Renamo entrou em colapso, e foi relegada para terceira força política do país, com cerca de 10% dos votos e apenas 15 deputados a nível nacional.

Para mostrar a sua determi-



nação de não ceder, o governo – sem dúvida – ordenou que o advogado pessoal de Venâncio Mondlane, Elvino Dias, e o representante nacional do partido Podemos, Paulo Guambe, fossem crivados de 25 balas cada um na noite de 18 para 19 de Outubro, no coração de Maputo. Venâncio Mondlane refugiou-se no estrangeiro (primeiro na África do Sul, onde também escapou por pouco a um assassinato). Mas desde então, todos os dias, no seu canal no Facebook, ele tem instado os seus apoiantes a levar a cabo mais acções de rua, o que é religiosamente aguardado por grandes multidões – indo, frequentemente, no entanto, além das palavras do líder.

Revolução plebeia

Na verdade, os manifestantes, na capital e noutras grandes cidades, mas também em cidades muito pequenas por todo o país, seguem sobretudo rapazes muito jovens e muito pobres que vão além dos *slogans* pacíficos de V. Mondlane, incendeiam a sede do partido Frelimo, atacam esquadras e tentam roubar armas, as comissões eleitorais distritais, que destroem as estátuas dos dirigentes, que os ameaçam revelando as suas moradas, e por vezes até os matam (como em Inhassunge): o medo começa a mudar de lado. Mas a classe média, que dificilmente se manifesta (excepto médicos, advogados, professores que já estiveram na luta antes) indica o seu apoio com intermináveis painéis nocturnos.

A repressão é brutal, embora felizmente ainda não tenha provocado o banho de sangue que poderíamos temer: há provavelmente já mais de uma centena de mortos (em virtude do uso de munições reais, particularmente na grande cidade do Norte, Nampula), milhares de feridos e 3000 detenções.

O que é notável nestes protestos é que não existe qualquer dimensão étnica neste país tão heterogéneo. Do norte (mesmo nas zonas afectadas pela guerrilha islâmica) ao sul do país, há manifestações, ataques a locais simbólicos de poder, estátuas demolidas – incluindo a do líder maconde, Alberto Chipande que proclamou: “Daqui ninguém nos tira” (“Ninguém nos vai tirar daqui [do poder]”, cuja estátua foi demolida em Pemba, a principal cidade mais próxima das zonas da jihad. Há também orações públicas nas ruas, carros abandonados no local para bloquear o trânsito, a estrada nacional n.º 1 (Norte-Sul) esteve bloqueada, bem como a fronteira com a África do Sul. O governo dispõe de uma poderosa força

policia militarizada, a Unidade de Intervenção Rápida, de formidáveis serviços secretos (Serviços de Informação e Segurança do Estado, que monitorizam sobretudo a população), com uma força policial total de cerca de 100 000 pessoas, enquanto o exército dispõe apenas de alguns milhares de homens. Mas este exército até agora não cometeu qualquer violência contra os manifestantes.

Revolução ou caos

Como evoluirá a situação? Alguns sugerem a Venâncio Mondlane a possibilidade de formar um “governo de unidade nacional”. Isto já foi tentado no vizinho Zimbábue, quando a ZANU-PF (Frente Nacional Africana-Patriótica do Zimbábue), que tinha usado grande violência para permanecer no poder, conseguiu então que a oposição exausta se lhe juntasse no poder. A presidência e os principais ministérios que permaneceram na ZANU serviram sobretudo para desacreditar a oposição. Um governo de unidade nacional só pode, portanto, ser con-

cebido após a organização de novas eleições monitorizadas internacionalmente.

A solução mais razoável seria que, antes do Natal, o Conselho Constitucional aceitasse anular todo o processo eleitoral e adiá-lo para uma data posterior, mesmo que isso significasse manter o presidente em fim de mandato, Filipe Nyusi, por alguns meses. Nada na sua história sugere que este Conselho o faça, mas não é impossível, dado o medo agora sentido pela elite cuja negação oficial (as manifestações são apenas actos de bandidos e terroristas manipulados desde o ‘estrangeiro’) não esconde o espanto horrorizado: a Frelimo já não é o povo e a Frelimo já não reconhece o seu povo, incluindo estes jovens que a odeiam de norte a sul do país, mesmo em Gaza. Não é impossível que o exército intervenha para restaurar a ordem – uma mudança para a política que não faz parte da sua tradição desde a independência – o que não significaria necessariamente apoio ao poder existente. Mas seria errado acreditar que o sujeito plebeu que já se manifesta há seis semanas regressará silenciosamente ao seu bairro de lata na periferia urbana, mesmo que seja encontrada uma solução política de transição. No dia em que Venâncio Mondlane regressar a Maputo, haverá uma multidão gigantesca para o receber e exigirá que seja imediatamente o novo Presidente. Esta multidão acredita nele, mas as exigências sociais estão aí, será necessário partilhar a riqueza e organizar novas eleições, será necessária uma profunda revisão institucional, com estruturas eleitorais verdadeiramente independentes do poder. Venâncio Mondlane quase não tem programa, não tem verdadeiro partido, mas o processo revolucionário em curso quer justiça, dignidade e mais igualdade.

A diplomacia francesa, por seu lado, faria bem em distanciar-se do poder moçambicano. Já na península de Afungi (extremo norte), onde a Total tem as suas instalações de gás, as mulheres manifestaram-se com cartazes indicando que “Moçambique não pertence a França”. Não há solução sem cancelar completamente as eleições e isso poderia ser dito. (*Lundi Matin*)

***Michel Cahen, historiador, é director emérito de pesquisa do CNRS no centro “Áfricas no Mundo” na Sciences Po Bordeaux.**



Indulto presidencial: Nyusi manda soltar condenados das “dívidas ocultas”

Há pouco menos de um mês de deixar a Presidência da República, Filipe Nyusi, concedeu indulto a 1119 condenados nos estabelecimentos penitenciários de todo o território moçambicano, com efeitos a partir de domingo (22). Ele fez o anúncio nesta quinta-feira, numa intervenção televiscionada.

“Carta da Semana” apurou que, entre os abrangidos estão os 8 réus condenados das “dívidas ocultas”, que ainda cumpriam pena, nomeadamente Ângela Leão, Antonio Carlos Rosário, Bruno Tandane Langa, Cipriano Mutota, Fabião Mabunda, Gregório Leão, Nmbami Guebuza e Teófilo Nhangumele.

Nyusi explicou que do total dos indultados, 919 recebem o “perdão presidencial” por completarem metade da pena, outros por terem sido condenados à prisão até um ano e um recluso por sofrer de uma doença grave. “Este é o grupo dos nossos compa-



nal. Filipe Nyusi mandou pessoalmente a Ministra Helena Kida (Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos)

em Setembro. Os restantes só terão cumprido em Março de 2025 mas poderão beneficiar do mesmo expediente porque

filho mais velho do ex-Presidente moçambicano Armando Guebuza, foi condenado a 12 anos de prisão pelo seu

Ematum (Empresa de Atum de Moçambique) e a MAM (Gestão de Activos de Moçambique).

A assistência de Ndambi à Prinvest não foi barata. Ele e os seus cúmplices, Teófilo Nhangumele (que reivindicou a paternidade do projecto de protecção costeira) e Bruno Langa, exigiram subornos de 50 milhões de dólares – 8,5 milhões de dólares cada para Nhangumele e Langa e 33 milhões para Ndambi, considerado o contacto crucial com o Presidente. O tribunal condenou ainda Nhangumele e Langa a 12 anos de prisão. Baptista salientou que esta era a pena máxima que poderia aplicar pela conjugação de crimes cometidos pelos arguidos (nomeadamente conspiração criminosa, peculato e branqueamento de capitais).

O antigo chefe do Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE), Gregório Leão, e o antigo chefe da Inteligência Económica do SISE, António Carlos do Rosário, também haviam apanhado a 12 anos. Leão e Rosário, disse o juiz, chefiavam o órgão que deveria proteger a segurança moçambicana. “Deviam ter sido os primeiros guardiões da sociedade”, sublinhou, “Deviam ter sido os guardiões do bem público e do Estado moçambicano. O seu dever era proteger o Estado, mas não o fizeram”. **(Carta da Semana)**



triotas que preenchem os requisitos necessários para que se beneficiem desta medida excepcional”, disse.

“Carta da Semana” apurou que o expediente encontrado para libertar os condenados das “dívidas ocultas” foi o cumprimento de metade da pena, o que lhes dá o benefício da liberdade condicio-

para tratar pessoalmente do expediente. Kida deverá ler o Decreto do indulto amanhã, domingo.

Ela foi várias vezes visitar o Estabelecimento Penitenciário do Lígamo, onde a maioria dos réus estão presos. Três dos arguidos, nomeadamente Ângela, Cipriano e Fabião já cumpriram metade da pena

a tramitação da soltura por liberdade condicional sempre começa três meses antes da data relevante. Todas estas figuras intermédias do calote de mais de 2 bilhões de USD haviam sido condenadas em 7 de Dezembro de 2022, em sentença lida pelo juiz Efigénio Baptista.

Armando Ndambi Guebuza,

papel no escândalo das “dívidas ocultas” de Moçambique. O juiz Efigénio Baptista disse na altura que ficou provado que Ndambi influenciou o seu pai a aceitar o esquema de protecção costeira proposto pela empresa sediada em Abu Dhabi, Prinvest. Isto levou à formação de três empresas fraudulentas ligadas à segurança, a Proindicus, a



Pub.

ILIMITADO
900+ GIGAS

CHAMADAS ilimitadas para todas as redes | SMS ilimitados

32GB | Válido por 30 dias

Activa já *123# Opção 3

TMcel